

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Katarine Lapuente Souza

“Jubilosos e esperançosos iniciávamos então a caminhada”: homens, mulheres e as décadas iniciais do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (1966-1986)

**Jaguarão
2017**

KATARINE LAPUENTE SOUZA

**“JUBILOSOS E ESPERANÇOSOS INICIÁVAMOS ENTÃO A CAMINHADA”:
HOMENS, MULHERES E AS DÉCADAS INICIAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO (1966 - 1986)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

Jaguarão
2017

KATARINE LAPUENTE SOUZA

**“JUBILOSOS E ESPERANÇOSOS INICIÁVAMOS ENTÃO A CAMINHADA”:
HOMENS, MULHERES E AS DÉCADAS INICIAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO (1966 - 1986)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em __/__/__

Banca examinadora:

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
Orientador
Curso de História-Licenciatura – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Cássia Daiane Macedo da Silveira
Curso de História-Licenciatura – UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Renata Dal Sasso Freitas
Curso de História-Licenciatura – UNIPAMPA

Dedico este trabalho à Dona Nilza, por dedicar-se há 38 anos ao IHGJ e por ter tornado este trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, que permite que tudo proceda da melhor forma e por me manter forte.

À minha mãe Regina e à minha irmã Karen, por serem a razão de tudo, e por acreditarem em mim. À minha mãe, por ser exemplo de uma mulher forte e batalhadora e à minha irmã por estar ao meu lado em todos os momentos.

Aos irmãos que a vida me trouxe, Matheus e Carlos, pela amizade e todo apoio.

Ao meu bloco: Caroline, Darlize, Fladiane, Izadora e Marselle, por serem quem são e por, apesar das diferenças e dos conflitos, continuarem sendo sempre amizade e amor. (Obrigada por não terem deixado que eu desistisse aos 45 do segundo tempo!)

Em especial, à Fladi, por ser minha parceira de trabalhos há quase 15 anos e porque, na velhice, iremos rir de todas essas fases de nossas vidas.

Aos demais colegas da turma de 2012, em especial, Allan, Carlos (Tomate) e Marcel, por além de colegas, terem se tornado meus amigos.

Às meninas do Coletivo D-Genaradas, por terem me dado apoio e suporte nesta reta final. Em especial à Bruna, Larissa, Milena e Shirley, por todos os seus esforços para que eu me mantivesse de pé. E à Paula e Damaris, por me compreenderem tão bem.

À Bruna Lira e Ludmila, por torcerem por mim.

Ao Franklin, pelo empréstimo de livros e por também torcer por mim.

À Franciele, por ter tornado menos difícil a tarefa de ser uma estudante trabalhadora, sempre cobrindo minhas faltas ou trocando horários e pela descoberta desta amizade.

À Dona Nilza e Dona Carlota, por terem dividido comigo suas memórias.

Aos professores e professoras do Curso de História, por terem contribuído com esta etapa.

Em especial ao Caiuá, por ter aceito orientar este trabalho.

A todos e todas que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho e que, por nervosismo, cansaço ou ansiedade, eu possa ter esquecido.

Mais uma vez, à Karen e ao Matheus, por terem revezado o empréstimo de seus computadores para que eu tivesse com o que escrever este trabalho.

Gratidão!

A principal finalidade deste Instituto é que aqui venham os estudiosos de nossa História e nestas salas mergulhem em suas pesquisas, em seus trabalhos, diria até em sua curiosidade pelas nossas coisas e pela nossa gente. Estaria este Instituto realizado como instituição cultural se aqui viessem diariamente muitas pessoas, estudantes e estudiosos, a esmiuçar todo esse formidável conteúdo de conhecimento e sabedoria.

Cléo dos Santos Severino

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar quais as características do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão em suas duas primeiras décadas, de 1966 a 1986, período que corresponde à vigência do primeiro estatuto da instituição. Essas características se referem a quatro aspectos específicos: a criação e fundação, o primeiro estatuto, o perfil dos membros das diretorias e a presença feminina nesse órgão diretivo. Esses elementos orientaram a organização dos capítulos e subcapítulos. Para tal, foram utilizados como fontes, além do primeiro estatuto, publicações do jornal *A Folha*; correspondências, discursos dos membros em razão das solenidades em comemoração a aniversários da instituição; o projeto de lei de criação da instituição e entrevistas realizadas com duas mulheres vinculadas ao instituto, uma como funcionária e a outra como fundadora e membro das diretorias. A partir do cruzamento dessas diferentes fontes, foi possível identificar elementos que caracterizam a instituição em seus primeiros anos de existência.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Décadas iniciais. Características.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar las características del Instituto Histórico y Geográfico de Yaguaron en sus dos primeras décadas de 1966 a 1986, un período que corresponde a la duración del primer estatuto de la institución. Estas características se refieren a cuatro aspectos específicos: la presencia femenina en el órgano de gobierno la creación y fundación, el primer estado, el perfil de los miembros de las juntas. Estos elementos han guiado a la organización de los capítulos y subcapítulos, Para este fin, se utilizaron como fuentes, además del primer estatuto, publicaciones de el periódico *A Folha*; correspondencias, discursos de los miembros a causa de las ceremonias que conmemoran los aniversarios de la institución; el proyecto de ley de creación de la institución y entrevistas con dos mujeres vinculadas al Instituto, una como empleada y la otra como fundadora y miembro de las juntas. Con el uso de diferentes fuentes, fue posible identificar los elementos que caracterizan a la institución en sus primeros años de existencia.

Palabras clave: Instituto Histórico y Geográfico de Yaguaron. Primeras décadas. Características.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Formação dos membros das diretorias.....	53
QUADRO 2: Atividade profissional desenvolvida pelos membros das diretorias.....	54
QUADRO 3: Outras instituições a que os membros das diretorias estavam vinculados.....	55

LISTA DE SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

IHP – Instituto Histórico de Paris

LAHISP – Laboratório de História Social e Política

PEHM – Projeto de Pesquisa de História das Mulheres

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 “MANTERÁ ESTREITA VINCULAÇÃO COM ENTIDADES CONGÊNERES”: OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS	20
1.1 “O modelo nacional”: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	20
1.2 “A extinta instituição provincial”: Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro.....	25
1.3 “A bem-sucedida instituição estadual”: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.....	29
2 “A CASA QUE REPRESENTA O GLORIOSO PASSADO DA CIDADE HEROICA”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO.....	35
2.1 “A exemplo do que vem ocorrendo nas principais cidades do Estado”: O IHGJ e sua fundação	35
2.2 “Adaptado do estatuto do IHGRGS”: O primeiro estatuto do IHGJ	39
3 “UM PUGILO DE BENEMÉRITOS JAGUARENSES”: AS DIRETORIAS	48
3.1 Elementos dinâmicos a quem, sem sombra de dúvidas, cabem os louros do desenvolvimento e projeção: A composição das diretorias.....	48
3.2 “A diferença dos sexos já se evidencia”: Mulheres nas diretorias do IHGJ.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso representa, para muitos estudantes do curso de História-Licenciatura, a primeira experiência com a pesquisa e comigo não foi diferente. Durante a graduação, os projetos dos quais participei, eram voltados à área do ensino e não à pesquisa. Essa característica de minha formação tornou bastante difícil a escolha de um tema, pois, ao decidir que meu TCC não seria relacionado ao ensino, deparei-me com um grande desafio que abrangia desde a escolha do objeto até questões metodológicas.

O objeto de pesquisa deste trabalho é o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, que foi criado pela Lei Municipal 725 de 19 de julho de 1966 e fundado em 23 de novembro do mesmo ano. Inicialmente instalado em sala cedida pelo Circulo Operário de Jaguarão compôs seu acervo a partir de algumas doações de documentos históricos por parte da Prefeitura Municipal e também de particulares. Em 1973, através do convênio entre o próprio IHGJ e a Sociedade Cultural Graciliano Gerônimo de Souza, mudou-se para o prédio desta última, antiga sede do Partido Libertador, sede atual do Instituto.

Atualmente, o IHGJ possui convênio com a UNIPAMPA, sendo frequentado pelos estudantes e professores para realização de pesquisas e estágios. A instituição recebe uma contrapartida institucional, na qual, buscando uma melhor salvaguarda do acervo, os estudantes do Curso de História-Licenciatura vinculados ao Laboratório de História Social e Política (LAHISP) higienizam a documentação. A instituição é composta pelo Museu Alfredo Varela, a Biblioteca Almiro de Lima Piúma e o Arquivo Leo Santos Brum.

A escolha deste tema se deu pelo fato de, após ter ingressado no Curso de História – Licenciatura, ter tido contato com bibliografias voltadas a Institutos Históricos e Geográficos, como o IHGB, o IHGPSP e IHGRGS. Isso fez com que eu buscasse informações sobre a instituição local. Foi então que percebi que o IHGJ, apesar de ser uma instituição de grande legitimidade na cidade, ainda não havia sido objeto de pesquisa de nenhum trabalho acadêmico de maior fôlego.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e até mesmo, o já extinto, Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro foram, e continuam sendo, objeto de diferentes pesquisas

historiográficas com os mais diversos objetivos. Mas apesar dessa intensa produção historiográfica referente a instituições congêneres, os Institutos Históricos e Geográficos de cidades do interior, não recebem a mesma atenção.

É o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, tema que, até então, não foi abordado em nenhum trabalho de maior fôlego. Neste sentido, percebi a possibilidade dessa pesquisa, não somente pela inexistência de um trabalho sobre este objeto de estudos em específico, e pela disponibilidade de fontes que o tornam possível, mas também pela importância e reconhecimento que este espaço possui dentro da cidade de Jaguarão. Esses elementos tornam a pesquisa pertinente.

Existem dois trabalhos que abordam o IHGJ. O primeiro deles é um artigo intitulado *“Reflexões a cerca do Estágio Supervisionado III - espaços não escolares: dialogando com o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguará”*. Este artigo apresenta reflexões sobre as práticas de ensino e pesquisa desenvolvidas a partir de uma atividade realizada por dois estudantes do Curso de História na disciplina de Estágio, realizado no IHGJ, que buscou a partir do acervo da instituição, evidenciar, a alunos da educação básica, informações sobre a construção do conhecimento histórico (CAMPOS, OGAWA, CÁCERES, 2013).

O segundo trabalho referente ao IHGJ trata-se do trabalho de projeto aplicado apresentado ao Curso de Gestão de Turismo, intitulado *“Fatores de satisfação: um estudo de caso no Museu Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão -RS”*. Neste trabalho a autora realiza uma pesquisa de marketing relacionado a museus. A pesquisa realizada com os visitantes da instituição buscou analisar a satisfação dos mesmos, além de apresentar possibilidades de melhoria e qualificação do espaço (HAUDT, 2016).

Estes trabalhos relacionam-se ao IHGJ, porém, em nenhuma das abordagens foi realizada uma pesquisa de caráter histórico, tendo-o como foco de análise. No primeiro, são apresentados aspectos referentes ao Instituto enquanto um espaço não escolar, porém de grande potencialidade para o Ensino de História. No segundo, em uma proposta totalmente distinta do primeiro, o Instituto é pensando a partir de seu potencial turístico e relacionado aos princípios do marketing.

Diferente dos anteriores, esta pesquisa tem um caráter histórico em que a instituição em si é o foco de análise. Sendo assim, parti da seguinte problemática: quais as características das duas primeiras décadas de existência do IHGJ? Este recorte temporal compreende os anos

de 1966 a 1986, período de vigência do primeiro estatuto da instituição. Essas características que buscarei identificar referem-se a quatro aspectos específicos: a fundação, o primeiro estatuto, as diretorias do período e a presença feminina nessas diretorias.

O tema deste trabalho insere-se no campo da História dos Intelectuais. Sobre este campo, Sirinelli (2003) afirma que é um campo histórico autônomo situado entre as histórias política, social e cultural (SIRINELLI, 2003, p. 232). Isso não ocorre apenas pelo fato de, no contexto de criação do IHGJ, seus membros serem reconhecidos pela comunidade jaguareense como intelectuais e por eles próprios identificarem-se como tal¹, mas também por seus membros possuírem características que os identificam como intelectuais.

Essas características vão ao encontro da definição de Sirinelli que define:

[...] duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Os membros do IHGJ podem ser definidos como intelectuais a partir da definição mais ampla, pois, conforme será apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, os membros possuíam as características necessárias para tal.

No primeiro capítulo, intitulado "*Manterá estreita vinculação com entidades congêneres*": *Os Institutos Históricos e Geográficos*, abordarei a instituição nacional, o IHGB, pelo fato de ser a primeira instituição desse gênero no Brasil e por ter influenciado a criação das demais. Posteriormente será abordado o, já extinto, IHGPSP, que foi a primeira congênere provincial a ser construída e por último, o instituto estadual, o IHGRGS, que após varias tentativas malsucedidas, obteve sucesso.

Nesta abordagem, buscarei identificar elementos que caracterizem esses espaços e permitam, em um segundo momento, pensar o IHGJ e integrando-o a lógica dessas instituições a partir de semelhanças e particularidades. Para isso, utilizei trabalhos acadêmicos, que tinham um desses três espaços como objeto de pesquisa. O objetivo deste

¹ Este aspecto será abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

capítulo não é realizar uma revisão bibliográfica sobre estas instituições, apenas identificar aspectos, sobre esses espaços, que serão relevantes ao presente trabalho.

No segundo capítulo, “*A casa que representa o glorioso passado da Cidade Heroica*”: *O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, me proponho a identificar características da instituição. Na primeira parte do capítulo, buscarei identificar aspectos referentes à sua fundação. Já na segunda parte, a partir da análise do primeiro estatuto e da relação das informações nele contidas com outras fontes pesquisadas, pretendo identificar elementos característicos do Instituto, no período pesquisado.

Os estatutos são elementos válidos como fontes de pesquisa, pois, como afirma Batalha (1997): “[...] por mais burocráticos que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação” (BATALHA, 1997, p. 96). Apesar do autor pesquisar outro tipo de instituição, sua análise a respeito do uso desse tipo de documentação como fonte é relevante também a uma abordagem como a realizada neste trabalho. Suas reflexões sobre o uso de estatutos já foram utilizadas para compreender espaços semelhantes ao IHGJ.²

Um outro aspecto relevante sobre o uso de estatutos como fontes é o fato de:

Além de todo estatuto trazer dados sobre a fundação da associação, frequentemente com o número de pessoas presente à assembleia de fundação [...] e os nomes que compõem a primeira diretoria eleita ou a comissão organizadora, costuma incluir também artigos sobre quem pode associar-se. [...] Os estatutos trazem também dados sobre o funcionamento interno da associação, sua estrutura, as formas de eleição das diretorias (BATALHA, 1997, p. 96).

Esses elementos estão presentes no primeiro estatuto do Instituto e permitiram, a partir da relação com outras fontes, identificar características importantes sobre a instituição. Entre esses outros tipos de fontes utilizados estão publicações no jornal *A Folha*³ dentro do período pesquisado. Conforme Luca (2011) na década de 1970 esse tipo de fonte era pouco utilizado, um dos motivos para isso era a busca pela “verdade” dos fatos, que fazia com que os jornais fossem desvalorizados por serem vistos como parciais e subjetivos (LUCA, 2011, p.111-112).

² Camila Petró utiliza reflexões de Batalha, sobre o uso de estatutos, em seu trabalho sobre a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul. (PETRÓ, 2012)

³ O jornal *A Folha* foi fundado em 4 de dezembro de 1938, por Cantalício Resem, nunca teve filiação política e em 1979 cobria 2/3 da população jaguareense com assinaturas ou venda avulsa. (CECHIM, 1979, p.59)

Atualmente, os jornais tornaram-se importantes fontes de pesquisa, como afirma Lapuente (2015):

A historiografia teve um ganho importante com o uso de jornais. A queda do fetichismo do documento, substituído por uma análise crítica, criou um leque amplo de fontes de pesquisa, e, dentre essas, o uso do jornal garantiu nas últimas décadas uma fonte de consulta usada por muitos trabalhos (LAPUENTE, 2015, p.9).

Neste capítulo, as informações encontradas nas publicações dos jornais foram relacionadas não apenas à análise do estatuto, mas também a outras fontes como o projeto de lei de criação da instituição e discursos de membros das diretorias em razão de datas comemorativas como os aniversários da instituição. O uso de uma diversidade maior de fontes foi benéfica à análise, pois, possibilitou o cruzamento de dados e afirmações que auxiliou na identificação das características da instituição.

No terceiro capítulo, *“Um pugilo de beneméritos jaguarenses”*: As diretorias, busco analisar as diretorias das duas primeiras décadas da instituição. Na primeira parte analisarei características dos membros do órgão diretivo nos aspectos referentes a gênero, formação, atividade profissional e vínculo a outras instituições. Ainda na primeira parte, serão apresentados elementos das trajetórias de alguns membros que tiveram destaque no Instituto e também na comunidade jaguarense.

Na segunda parte do capítulo, será realizada uma análise da presença feminina nas diretorias, identificando que características possuíam as mulheres que ocuparam cargos nesse espaço. Além disso, busco também, analisar suas participações nesses cargos. Pensar a presença dessas mulheres separadamente, tornou-se necessário pelo fato de não ocorrer da mesma forma que a presença dos homens. Há aspectos particulares que vão desde características das formações, até a forma como participavam das atividades da instituição.

É devido a essas características particulares, que essas mulheres serão analisadas em um subcapítulo a parte daquele em que são analisados os homens. Esta divisão está longe de ser um “adendo a história geral” ou um “algo a mais” como o que ocorria na década de 70 do século passado, quando capítulos suplementares sobre história das mulheres eram apenas acrescentados aos trabalhos e muito pouco contribuíam para a construção de uma história das mulheres (DEL PRIORE, 2010, p. 220-221).

Inicialmente, não valorizei a presença feminina nas diretorias, mesmo após ter sido alertada sobre esse aspecto pela professora responsável pela disciplina, quando ainda estava pensando o projeto deste trabalho. Porém, após aproximar-me do Coletivo Feminista D-Generadas e do Projeto de Ensino de História das Mulheres e Feminismos (PEHM) meu olhar para essas sujeitas históricas mudou. Percebi a importância de valorizar a participação das mulheres que integravam as diretorias.

Este trabalho não é um trabalho sobre história das mulheres, pois seu problema central não é voltado a elas. Porém, a abordagem deste tema e a atenção específica a elas, neste subcapítulo, mostrou-se extremamente necessária, pois, entender a presença dessas mulheres e como se davam suas relações é um elemento fundamental à compreensão das características do IHGJ em suas décadas iniciais, objetivo central deste trabalho. Devido a isso, a categoria gênero tornou-se relevante a esta pesquisa.

A partir do final do século XX, gênero como uma categoria de análise passou a ser alvo de uma maior preocupação teórica. Segundo Scott (1995):

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma ‘questão feminina’, outras ainda se preocuparam com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais, não tinham aparecido (SCOTT, 1995, p.85- Grifos meus).

A autora apresenta uma definição de gênero, que une duas proposições: “*gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*”, “*gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*” (SCOTT, 1995, p.86). Essa definição é relevante ao trabalho, pois, permite pensar que a presença de mulheres nas diretorias cria relações específicas uma vez que são mulheres em um espaço majoritariamente masculino.

Neste capítulo, além das fontes já mencionadas anteriormente, foram utilizadas também entrevistas com duas mulheres que participaram da instituição. Sobre a metodologia da História oral, Alberti (2011) afirma:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2011, p.156).

No início desta pesquisa, a história oral não havia sido pensada como uma possibilidade. Essa abordagem passou a ser pensada somente no decorrer da pesquisa. Devido a isso, diferente do que é apontado pela autora, as entrevistas não foram pensadas no contexto do projeto de pesquisa, mas sim, já em sua conclusão. Por terem sido realizadas depois que a pesquisa documental já havia sido concluída, as entrevistas foram elaboradas visando objetivos específicos.

Sobre o instrumento de pesquisa utilizado, as entrevistas, Alberti (2005), afirma que podem variar entre dois tipos, dependendo da proposição da pesquisa e dos objetivos que o pesquisador tem com aquela entrevista. Os dois tipos possíveis são: entrevistas temáticas ou histórias de vida. Neste trabalho, foram utilizadas entrevistas temáticas que são caracterizadas como *“aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido”* (ALBERTI, 2005, p.37).

Mesmo assim, as entrevistadas tiveram a liberdade de tratar dos assuntos que desejassem, pois perceber suas percepções particulares, era um dos objetivos. A opção de escolher mulheres para as entrevistas foi proposital, pois o desejo era ouvir mulheres, ouvir como elas entendiam o Instituto. As duas entrevistas foram realizadas com motivações diferentes, considerando as trajetórias das entrevistadas. Essas diferenças refletiram a forma como essas entrevistas foram utilizadas no trabalho.

A primeira entrevistada foi Nilza Cardozo, de 63 anos, funcionária da instituição há 38 anos, que apesar de ser contratada como zeladora é responsável pelo atendimento, conservação e limpeza do espaço. Devido ao fato de Nilza estar vinculada ao Instituto durante tanto tempo e conhecer muito bem aquele espaço, o que me motivou a entrevista-la foi a possibilidade de cruzar informações encontradas em outras fontes. Além disso, o fato de ser o olhar de uma mulher, também influenciou.

A segunda entrevistada, Carlota Maria Correa, de 70 anos, é a única pessoa que foi membro do Instituto desde sua fundação e ocupou cargos nas diretorias e que está viva. Por isso, e principalmente, por ser uma mulher, optei por entrevista-la. Devido a sua experiência como integrante do instituto, a entrevista de Carlota foi utilizada não só para identificar informações pessoais sobre a entrevistada, mas também, para cruzar com outras fontes e também para pensar seu olhar a respeito das relações de gênero na instituição.

1 “MANTERÁ ESTREITA VINCULAÇÃO COM ENTIDADES CONGÊNERES”: OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Ao pesquisar uma instituição como o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, que está fortemente relacionada a outras instituições congêneres é fundamental compreender alguns aspectos sobre estas. Sendo assim, este primeiro capítulo irá dedicar-se a uma breve apresentação de outras instituições do gênero. O objetivo não é fazer uma revisão das produções a respeito, mas sim, apresentar elementos característicos desses espaços que serão importantes para, posteriormente, entender o IHGJ.

Inicialmente, será abordada a instituição nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que foi o precursor das instituições do gênero no Brasil. Em seguida, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro – IHGPSP, primeira congênera provincial a ser constituída, mas que teve um período curto de duração. E por fim, a estadual, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS, instituição local que de fato, perdurou.

1.1 “O modelo nacional”: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O IHGB foi fundado em 21 de outubro de 1838, no Rio de Janeiro (VAINFAS, 2008). A iniciativa de criação desta instituição partiu da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN⁴, e tendo como idealizadores Raimundo José da Cunha Matos⁵ e Januário da Cunha Barbosa⁶. Matos apresentou a proposta de criação em 18 de agosto de 1838 e em 21 do mesmo ano, em reunião realizada entre os 27 fundadores, foi criado o instituto. Já em 25 de novembro foi aprovado seu estatuto, construído a partir do memorial elaborado pelos idealizadores (GUIMARÃES, 2008).

⁴ Fundada no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1827 por Inácio Álvares Pinto de Almeida, tinha como objetivo contribuir para o progresso do Brasil a partir do apoio a indústria. (VAINFAS, 2008)

⁵ Nascido em 1776, teve uma longa carreira como oficial militar e prestou serviços, como tal, a monarquia portuguesa e posteriormente ao império brasileiro, falecendo em 1839. (LAZZARI, 2004)

⁶ Presbítero, nascido no Rio de Janeiro no ano de 1780, dedicado ao púlpito e ao magistério foi pregador da Capela Real. Além disso, membro da loja maçônica Grande Oriente, foi um dos fundadores do periódico Revérbero Constitucional Fluminense. Foi um dos fundadores do IHGB, atuando, dentro desta instituição como diretor da revista e secretário até seu falecimento em 1846. (VAINFAS, 2008)

Não é por acaso que a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tenha partido de membros da SAIN. Ambas estavam integradas à crença do progresso, tão difundida no século XIX, e também, aos interesses de desenvolvimento. Enquanto a SAIN era responsável por promover o progresso a partir do crescimento econômico, o IHGB deveria servir como um “caminho esclarecedor” para aqueles que ocupavam cargos políticos, uma vez que, a história era entendida como *magistra vitae* (GUIMARÃES, 2008).

Além disso, a instituição também deveria representar esse progresso na historiografia, através de publicações que apresentassem o processo civilizatório que a nação vivenciou e que consequentemente aproximou o Brasil do padrão europeu. Essa representação do progresso de fato ocorreu, percebemos isso ao constatar que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma grande difusora de pesquisas e descobertas do plano econômico (GUIMARÃES, 2008).

As publicações presentes na revista do IHGB eram, em sua maioria, fontes primárias. Essa característica vai ao encontro da própria concepção de História do Instituto, pois nessa linha de compreensão, as fontes seriam capazes de “orientar” os governantes. Pelo número de publicações é possível perceber que nas edições da revista, havia preferência por determinadas temáticas que podem ser agrupadas em três áreas: obras e fontes a respeito da questão indígena, história regional e relatórios de viagens (GUIMARÃES, 2008).

Um dado relevante é que as publicações que correspondiam a relatórios de viagens representavam 73% das publicações. Além disso, a presença dessas três áreas temáticas deve ser entendida levando em consideração a influência do contexto social, econômico e político do momento sobre a instituição e, consequentemente, sobre a revista. Dessa forma, as publicações presentes na RIHGB iam ao encontro das demandas do grupo social que a compunha e serviam a fins específicos de imposição da ordem social posta (GUIMARÃES, 2008).

A compreensão de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era um elemento fundamental para o desenvolvimento civilizatório do Brasil não era um pensamento exclusivo aos integrantes da SAIN. Este pensamento estava presente, também, no discurso de jornais do período. Como, por exemplo, no periódico *Correio Oficial* que, quando da inauguração do Instituto, cumprimentou sua fundação e afirmou que a criação da instituição era uma necessidade a um país civilizado (GUIMARÃES, 2008).

Ainda da edição do dia da inauguração, o jornal definiu a história como sendo responsável por reunir os fatos importantes do Estado e passá-los às gerações futuras. E dentro desta definição da função do conhecimento histórico, destacou o papel central que o instituto desempenhava neste processo. Além disso, na edição do dia posterior, o jornal afirmou que a fundação do IHGB era a esperança para a criação da Academia Brasileira, como as europeias (GUIMARÃES, 2008).

Grande parte dos fundadores do Instituto eram sócios também, da SAIN, e possuíam vínculos com o grupo do regresso conservador. Para eles, era fundamental a construção de uma história que promovesse um sentimento de união em torno da monarquia constitucional. Nesse sentido, o IHGB possuía um papel fundamental, pois aliado a SAIN, seria o responsável por, através de suas publicações, promover um Brasil civilizado, unido pelo sentimento de nação e pela monarquia constitucional (BOEIRA, 2013).

Por ser o Brasil, possuidor de um território tão extenso, centralizar no IHGB as informações sobre seu passado era uma estratégia de evitar que as províncias constituíssem histórias regionais que ameaçassem a monarquia centralizada. Assim, o IHGB comprometeu-se em construir essa narrativa histórica que promovesse a ideia de uma nação unificada, em um contexto complexo, repleto de revoltas provinciais. Por isso, sua tarefa era reunir, selecionar e publicar fontes e estudos que atingissem esse objetivo (BOEIRA, 2013).

Para forjar essa unidade, o IHGB precisava relacionar nacionalidade e território, história e geografia. É por isso que, apesar de a instituição seguir o modelo do Instituto Histórico de Paris, sua constituição possui uma dupla matriz, não abrange apenas a área histórica, mas também, a geográfica, apresentado até mesmo em seu nome. Essa dupla abordagem se deve ao fato de Cunha Mattos e Cunha Barbosa acreditarem que apenas unindo História e Geografia a instituição poderia promover a unidade tão almejada (CARLOS, 2008).

Segundo Boeira (2013) durante o século XIX, na Europa, modelo civilizatório seguido pelo Brasil, a escrita da história possuiu essa mesma função, de forjar a unidade nacional. Porém, uma distinção entre este e aquela é que, enquanto lá, a história aproximava-se dos espaços universitários, aqui, essa aproximação não ocorreu e permaneceu ligada a espaços nos moldes das academias ilustradas europeias:

O caso brasileiro não escapará (...) ao modelo europeu – e isso certamente trará consequências cruciais para o trabalho do historiador em nosso país –, ainda que deste lado do Atlântico outro será o espaço de produção historiográfica. Não o espaço sujeito a competição acadêmica própria das universidades europeias, mas o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988, p.55).

No século XIX, a França exerceu grande influência nos intelectuais brasileiros, principalmente nos que fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (FARIA, 1965). Isso acontecia porque a ideia de que a França possuía uma função civilizadora sobre o Brasil foi muito difundida por aqui. Tanto o Instituto Histórico de Paris, quanto o brasileiro, estavam alinhados ao pensamento do século XIX, porém, enquanto o IHP possuía um lugar central, o IHGB estava na periferia (GUIMARÃES, 2011).

Assim, os modelos e princípios da instituição daqui eram inspirados na instituição francesa. Durante os primeiros anos de existência do instituto brasileiro, esta manteve um intenso contato com a francesa. Isso significava uma forma de legitimar o trabalho realizado por aqui, já que, aquela instituição era um modelo para o IHGB, por isso, o Instituto Histórico e Geográfico de Paris, além de um modelo, foi também um espaço de legitimação social para o IHGB (GUIMARÃES, 2011).

Nos anos iniciais de sua existência, o instituto não possuía uma sede própria, por isso, funcionou nas instalações da SAIN, apesar disso, sua diretoria, era independente e possuía autonomia. No que se refere à disposição organizacional, o instituto era formado por 50 sócios, destes, 25 vinculados ao setor de geografia e 25 ao de história. Havia ainda, outras duas categorias: sócios honorários e sócios correspondentes, que podiam ser do interior e do exterior (GUIMARÃES, 2011).

Os 27 fundadores do IHGB pertenciam à elite político-intelectual do contexto e possuíam ideais e condições de vida características dessa camada social. Uma das características dessa elite político-intelectual era sua atividade profissional ser o serviço público, um meio de receber o reconhecimento de servidor do Estado através de um título de nobreza (GUIMARÃES, 2011). Espaços como a SAIN, o IHGB e lojas maçônicas, eram comuns aos indivíduos membros dessa elite político-intelectual econômica (BOEIRA, 2013).

Dentre as atividades profissionais desenvolvidas pelos fundadores do instituto, no serviço público, havia uma diversidade de ocupações. Essas atividades variavam de acordo com a formação e, também, com o grau de escolaridade dos indivíduos, podendo ser magistratura, carreira pública de nível superior, carreira militar, carreira sem formação superior e até mesmo religiosa. Havia também grande número de juristas, essa era uma formação muito promissora na época (GUIMARÃES, 2011).

No que se refere à formação, dos 27 fundadores, 18 possuíam formação superior, esse número pode aumentar se considerarmos que clérigos e militares possuíam formação equivalente. É possível identificar que havia divisões entre funções por grupos de profissionais. Militares geralmente dedicavam-se a pesquisas geográficas, enquanto os membros que não possuíam formação superior dedicavam-se a trabalhos prático-administrativos, como por exemplo, o cargo de tesoureiro (GUIMARÃES, 2011).

Quanto a presença dos fundadores do instituto em cargos políticos, 17 de um total de 27 exerciam mandatos políticos o que corresponde a 72% dos membros que possuíam formação superior. Era uma característica comum no século XIX, a maior parte dos cargos públicos serem ocupados por diplomados, esse fator ampliava a desigualdade entre as classes sociais. Ainda assim, 60% dos fundadores do instituto sem formação superior ocupavam cargos políticos (GUIMARÃES, 2011).

Quanto à origem social, os fundadores são divididos em três grupos, o primeiro é caracterizado por já possuir, na geração familiar anterior, servidores públicos. O segundo grupo, era composto por aqueles que, as famílias possuíam comércio ou o latifúndio, enquanto o terceiro e maior grupo era composto por aqueles cujas famílias não detinham posses significativas. Esses dados revelam que os fundadores possuíam diferenças em suas origens sociais, mas em suas formações e em suas carreiras havia homogeneidade (GUIMARÃES, 2011).

O primeiro estatuto apresenta como objetivos do instituto, reunir e publicar fontes importantes para a história do Brasil e, também, o apoio a estudos históricos. Outras metas para a instituição, também presentes no estatuto, eram manter contato com instituições similares e incentivar a criação de instituições congêneres nas províncias. O estatuto se refere, também, ao ingresso de sócios e ao preenchimento dos cargos de diretoria e determinava

como condição, para ingresso no instituto, ser indicado por um sócio e ser aprovado na comissão (GUIMARÃES, 2011).

Os cargos de presidente, quem tomava todas as decisões, e de primeiro-secretário, responsável pela revista, museu, biblioteca e arquivo e, também, por substituir o presidente, eram ocupados pelo princípio de antiguidade. Com as mudanças a partir de 1851, o critério para ingresso deixou de ser a antiguidade. Até mesmo o ingresso de sócios foi modificado, passando a ser critério que o interessado comprovasse que poderia contribuir cientificamente com as ações do instituto. (GUIMARÃES, 2011)

As mudanças ocorridas no IHGB a partir de 1851 acompanham a aproximação da instituição com o Estado e as transformações ocorridas no Brasil, como a constituição de um Estado centralizado. Nesse momento, o instituto, passou a ter um papel fundamental na história do Estado, pois deveria divulgá-lo como promotor do progresso e da civilização. A partir de então, as instalações foram transferidas para o “Paço da cidade”, lugar de trabalho do Imperador, que passou a participar ativamente e a ter lugar de destaque dentro da instituição (GUIMARÃES, 2011).

Estes elementos demonstram que o IHGB estava alinhado aos desejos de consolidação da monarquia e ao fortalecimento da unidade nacional através da integração das histórias regionais à história nacional. Nesse sentido, a criação de instituições congêneres nas províncias, se tornou um objetivo de fundamental importância para o instituto. Sendo assim, o próximo item deste capítulo irá abordar o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, primeiro instituto de caráter provincial a ser construído.

1.2 “A extinta instituição provincial”: Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

Antes de uma instituição que, de fato, se consolidasse, houve algumas tentativas de instalação de um Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Sul. A primeira tentativa malsucedida ocorreu em 1855 e chegou até mesmo a constituir uma diretoria, composta por homens que ocupavam lugares de destaque na província, como governantes, médicos e militares. A provável causa de seu fracasso foi a desarticulação dos sócios, ou por falecimento ou simples afastamento (BOEIRA, 2009).

A segunda tentativa, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, teve sua criação em 19 de fevereiro de 1860 e uma semana após esta data, houve a sessão inaugural, na qual foram votados os estatutos e eleitas às diretorias. Já em 1º de março, do mesmo ano, a instituição teve sua filiação ao IHGB declarada. Inicialmente, ficou estabelecido um número máximo de 40 sócios efetivos e, em aberto, o número de correspondentes e honorários (LAZZARI, 2004).

Tanto a administração, quanto a organização do instituto, eram responsabilidade das diretorias, compostas pelos cargos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e orador. Os demais sócios, que não pertenciam às diretorias organizavam-se em comissões, a partir das quais promoviam a distribuição de atividades e tarefas. Estas comissões seguiam os moldes daquelas presentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (LAZZARI, 2004).

A admissão de novos sócios se dava através do recebimento de propostas por escrito que seriam avaliadas pela comissão responsável. Para receber parecer favorável, era necessário que o proponente apresentasse um trabalho, de sua autoria, sobre a história da província, que poderia ou não, já ter sido publicado. Esses trabalhos poderiam abordar os seguintes temas: história, geografia ou etnologia brasileiras, com destaque para a Província de São Pedro (LAZZARI, 2004).

Havia também, alguns critérios no que se refere ao recebimento do título de sócio honorário. Um desses critérios era a idade do proponente, o outro fator levado em consideração, era o reconhecimento como uma pessoa de notório saber e distinção. Para inserir-se na instituição, na categoria de sócio correspondente, além do trabalho autoral, dever-se-ia também, contribuir através da doação de livros ou objetos para compor o acervo do museu da instituição (BOEIRA, 2009).

A existência de sócios correspondentes era benéfica tanto para aqueles indivíduos que pertenciam a essa categoria, quanto para o próprio IHGPSP. Para esta, era interessante, em termos políticos, possuir dentro de seu quadro social personalidades de prestígio de dentro e também de fora da província. Para eles, além da vaidade do prestígio representativo da participação em uma instituição como o IHGPSP, essa relação, também se tornava politicamente interessante (BOEIRA, 2009).

Apesar de ter durado apenas até 1863, o IHGPSP não deve ser menosprezado, pois, possuiu, no contexto de sua criação, uma grande importância política. A criação da instituição, foi a primeira instalação de um instituto local do gênero do IHGB. Mesmo a implementação de instituições congêneres locais serem um dos objetivos da instituição nacional, quando da inauguração do IHGPSP, aquela, retomou as discussões a respeito das filiações, para que houvesse a regulamentação dessas relações e práticas (LAZZARI, 2004).

O desejo de seus fundadores era que, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, fosse capaz de vincular a história provincial à história nacional, porém, sem ignorar os aspectos particulares da localidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo que alinhava-se a história imperial, também, demonstrava sua singularidade através da valorização da presença da província nas “lutas nacionais”. Assim, apresentava a província como sendo uma defensora do território nacional (LAZZARI, 2004).

Essa produção era orientada fundamentalmente, por dois eixos, um deles se refere a narrar os feitos militares, demonstrando que estes não só conquistaram território, como também garantiram as fronteiras ao sul. O outro, de caráter mais antropológico, voltava-se ao estudo dos indivíduos que habitavam a região e também ao estudo da formação da língua. Essa ênfase no caráter militar e regional era um elemento de diferenciação da província, mas sempre integrada à história nacional (LAZZARI, 2004).

A noção de patriotismo, entendida como comum aos militares, foi um elemento muito valorizado na historiografia produzida pela instituição. A produção era profundamente marcada pelo enaltecimento dos feitos militares e por colocá-los como centrais na história nacional. Para isso, as experiências vividas pelos militares nos campos de batalha deveriam servir de inspiração e nortear a historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (LAZZARI, 2004).

Isso se refletia na composição social da instituição, na qual os militares representavam quase um terço do total de 111 sócios que eram divididos entre 67 sócios correspondentes e 44 efetivos. No que se refere às atividades profissionais exercidas, o quadro social do instituto era diversificado, não contando apenas com militares e tendo entre seus sócios médicos, bacharéis e professores. Alguns sócios também exerceram cargos políticos, aliás, muitos deles, estavam ligados à política partidária (LAZZARI, 2004).

Um objetivo em comum, o de construir a história da província e integrá-la à nacional, ligava os sócios do IHGPSP, mesmo que estes possuíssem diferenças de procedência e de posicionamentos políticos. Entre os sócios havia divergências de opiniões sobre vários aspectos, entre eles o apoio à monarquia, a situação de escravizados e também a política imperial em relação à província. Este último tema foi o único posicionamento presente na revista da instituição (BOEIRA, 2009).

O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro foi inspirado e seguiu os moldes da instituição nacional para a elaboração de sua estrutura organizacional. Essa afirmação ganha força quando identificado que os estatutos da instituição provincial seguem a mesma divisão, de capítulos e artigos, da instituição nacional, podendo ser considerado, até mesmo, uma cópia. Além disso, a organização da revista também foi pensada a partir do formato da RIHGB (BOEIRA, 2009).

Duas semelhanças podem ser percebidas entre o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e o IHGB, a primeira delas se refere ao fato de ambas, inicialmente, terem ocupado instalações cedidas. A instituição provincial ocupou, logo após sua criação, o prédio da Secretaria de Instrução Pública, isso ocorreu, fundamentalmente devido a uma segunda semelhança com a instituição nacional, o apoio que recebia e a proximidade que mantinha com governantes (LAZZARI, 2004).

A revista trimestral do IHGPSP foi idealizada como o instrumento responsável por cumprir a missão da instituição. Logo em sua primeira edição, que data de agosto de 1860, foi publicado um artigo editorial que continha a história e a finalidade do instituto, além de apresentar os estatutos, a composição da primeira diretoria e relação dos sócios. No que se as publicações, a proposição seria aceitar toda e qualquer publicação que tivesse parecer favorável por parte da comissão responsável (LAZZARI, 2004).

A revista teve seis volumes, escritos entre 1860, ano de sua criação e 1863, ano do último exemplar que se tem notícias. Através desse instrumento o IHGPSP apresentava seus princípios e metas, além de além de posicionar-se como a instituição literária oficial da província. Em 1945, a revista teve seus seis exemplares reeditados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como forma de homenagem aos sócios daquela instituição (BOEIRA, 2009).

A partir das publicações da revista é possível perceber o que os membros do instituto entendiam por fontes. Para eles, as fontes legítimas eram os documentos escritos através dos quais fosse possível construir uma história da província. A metodologia que exerciam com essas fontes, muito longe de uma análise, detinha-se a transcrição daqueles documentos que fossem definidos, por eles, como importantes para atingir aos objetivos da instituição e que se relacionassem com as disciplinas que compunham a mesma (BOEIRA, 2009).

Porém, além de, os sócios, não contribuírem com produções, a revista não mantinha regularidade na publicação de seus exemplares. A única seção que se manteve regular, ao longo de seus cinco volumes, foi a referente às atas de instalações das vilas e cidades da província. As outras publicações variaram entre transcrições de documentos oficiais, discursos, correspondências e compilações de dados demográficos e também topográficos, demonstrando assim, a ausência de um maior número de produções por parte dos sócios (LAZZARI, 2004).

A ausência de comprometimento com publicações, por parte dos sócios, pode ser entendida como um dos fatores que deram fim a instituição. Um segundo fator, que inclusive converge com o primeiro, é a possibilidade de que o ingresso dos sócios tenha sido motivado por uma busca de prestígio e não pelo desejo de construir uma história da província. Outro elemento que deve ser considerado como possível causa desse precoce desaparecimento é a intensa disputa partidária presente na província naquele contexto (LAZZARI, 2004).

Somente 57 anos após o término desta breve experiência é que o Rio Grande passou a contar com uma instituição, nos moldes do IHGB, que realmente se consolidasse. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado já no século XX, se mantém em atividade até os dias atuais. Devido a importância e influência que exerceu para a criação de instituições similares nas cidades do interior do estado, o próximo subitem deste capítulo irá dedicar-se a esta instituição.

1.3 “A bem-sucedida instituição estadual”: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Após várias tentativas malsucedidas de implementação de um Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Sul, em agosto de 1920, foi fundado o IHGRGS. Desde então,

essa instituição passou a ser fundamental para a formação da identidade do gaúcho e para a afirmação da História. Sua instalação está vinculada ao interesse do IHGB em estimular a criação de instituições congêneres locais, com o intuito de que estas pudessem construir histórias regionais para serem integradas à história nacional (SILVEIRA, 2008).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assim como o Museu Júlio de Castilhos⁷ e o Arquivo Histórico⁸, fez parte de um contexto em que foram construídos espaços que se dedicavam a forjar memórias e identidades a partir da historiografia produzida por eles mesmos. Esse contexto é o momento em que a especialização da história no Rio Grande do Sul passa a acontecer de forma significativa. Nesse processo, o IHGRGS passa a ter um lugar de destaque e protagonismo (SILVEIRA, 2008).

Esses três espaços, o museu, o arquivo e o instituto, estavam sobre o controle de um mesmo grupo de pessoas que promoviam uma rede de cooperação entre as três instituições. Esse apoio pode ser entendido desde os aspectos políticos até os de ordem prática, como funcionamento e logística. Esse contato pode ser percebido também ao observar a ocupação dos cargos, pois, os mesmos indivíduos que ocupavam a presidência de uma das instituições, também compunham a diretoria de outra (MARTINS, 2015).

O Instituto constituiu-se como um lugar que determinava práticas e regras, teóricas e também metodológicas, a serem seguidas para a construção da escrita da história que seria divulgada em sua revista. Assim como no IHGB, na instituição sul-rio-grandense, mesmo com a preocupação com os métodos e com a exatidão dos resultados, não havia a ideia de que a historiografia produzida por seus membros iria se tornar a história oficial. Porém, havia o reconhecimento de si própria como espaço legítimo de produção historiográfica (SILVEIRA, 2008).

Outra semelhança entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Instituição sul-rio-grandense era a preocupação com a preservação da documentação. Essa característica tem relação com a importância central que a instituição dava aos documentos, que eram considerados o elemento capaz de legitimar e tornar científica a escrita da instituição. Além

⁷ Criado em 30 de janeiro de 1903, na cidade de Porto Alegre, pelo então governador Borges de Medeiros, através do decreto 589, denominado “Museu do Estado”. Foi a primeira instituição museológica do estado e em homenagem a seu idealizador, em 1907, passou a se chamar “Museu Julio de Castilhos”. Disponível em: <<http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/p/historico-do-museu.html>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

⁸ Criado em 1906 com o nome “Arquivo Publico do Estado”, recebeu a denominação atual quando, em 1925 foi anexado ao Museu Julio de Castilhos. Tornando-se independente, somente em 29 de janeiro de 1954. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/instituto-2/>>, acessado em 30 de outubro de 2016.

disso, pela própria concepção de história da instituição, os documentos eram ainda mais valorizados quando considerados inéditos (SILVEIRA, 2008).

Assim, o trabalho do historiador deveria restringir-se ao de um selecionador das fontes mais apropriadas a seus objetivos de pesquisa. Um aspecto importante nesse processo, era a escolha das fontes, que deveriam ser analisadas, não em seu conteúdo, pois essa tarefa não cabia aos historiadores, mas em sua veracidade. Esse era o caráter do olhar crítico com que os historiadores da instituição analisavam suas fontes, identificando-as como verdadeiras ou falsas (SILVEIRA, 2008).

O IHGRGS, assim como o IHGB, era compreendido por seus membros como o lugar que deveria prezar por uma ciência neutra e objetiva. Para isso, deveria seguir alguns critérios como, distanciamento do autor, utilização de documentos relevantes e escolha de fatos ocorridos há mais de 50 anos, pois, somente assim, a imparcialidade seria garantida. A concepção de história que norteava essa produção pode ser entendida como a ciência que através da compreensão de fatos do passado é capaz de fundamentar as ações futuras (SILVEIRA, 2008).

Semelhante também era a condição das primeiras instalações do instituto. Assim como a congênere nacional e antecedente local, o IHGRGS ocupou, em seus primeiros anos de existência, instalações cedidas por outras instituições. O instituto, de caráter privado, foi inicialmente instalado junto a duas instituições públicas, o Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Museu Júlio de Castilhos, no prédio que sedeava este último, cedido pelo então governador, Borges de Medeiros (SILVEIRA, 2008).

Se, como anteriormente mencionado, o IHGB esteve sob proteção de um governante, o Imperador, com IHGRGS não foi diferente. O governador Borges de Medeiros manteve uma estreita relação com a instituição. Além de ser o primeiro e único sócio honorário daquele contexto, eram constantes os agradecimentos e elogios que o mesmo recebia dos integrantes do instituto, sendo admirado por sua preocupação com a memória e com formação intelectual do Estado (SILVEIRA, 2008).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul também publicava uma Revista. De caráter trimensal e devendo conter no mínimo 150 páginas, o objetivo da mesma era publicar os trabalhos dos sócios do instituto. Conforme o estatuto, os textos deveriam referir-se a história do Brasil e do Rio Grande do Sul, especialmente sobre este último, e

poderiam relacionar-se à história, geografia, arqueologia, etnografia, paleontologia, língua indígena e folclore (SILVEIRA, 2008).

Além disso, estava prevista a publicação de documentos do Estado e também atas e listas de sócios da instituição. A tarefa que teriam esses sócios seria a publicação de trabalhos feitos a partir de fontes inéditas, guardadas nos arquivos, com certo rigor metodológico. Esse procedimento metodológico se referia a copia e publicação, assim como nas instituições congêneres já mencionadas, não podendo o historiador interpretar as fontes, seu objetivo deveria ser apenas salvar as informações contidas na documentação (SILVEIRA, 2008).

Essa revista era voltada a um público específico: os membros de outros institutos históricos e geográficos e a elite letrada do Rio Grande do Sul e do Brasil. Por isso, a publicação de uma coluna em jornais, chegou a ser pensada como forma de divulgar o trabalho realizado pelos membros do instituto alcançando um maior número de pessoas. Isto demonstra certa preocupação, por parte dos sócios, no que se referia ao papel didático que o conhecimento histórico e conseqüentemente a instituição possuía (MARTINS, 2015).

A revista era o meio de divulgação da produção historiográfica do IHGRGS. A responsável pela revista era a “Comissão de Estatutos e Redação da Revista” quem competia definir quais textos possuíam o perfil da instituição e poderiam ser publicados, aprovando ou reprovando as proposições recebidas. Havia também as seguintes comissões: Fundos e Orçamentos, Estatutos e Redação da Revista, História, Geografia, Arqueologia, Folclore e Língua dos Indígenas e Admissão de Sócios (SILVEIRA, 2008).

O instituto local construiu seus estatutos com base nos estatutos da congêneres nacional. O primeiro estatuto apresentava como composição da diretoria os cargos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, orador e bibliotecário. Entre 1920 e 1930, o corpo diretivo do instituto permaneceu o mesmo, pois, mesmo havendo uma reorganização dos cargos a cada eleição, não havia mudanças significativas na constituição dessas diretorias (SILVEIRA, 2008).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, desde sua fundação teve como pré-requisito fundamental para o ingresso de novos sócios, que o pretendente tivesse a capacidade de contribuir cientificamente com a instituição, apresentando trabalho inédito sobre os temas relevantes à instituição. Entre os fundadores estavam os autores de trabalhos

sobre história e geografia do Rio Grande do Sul e também professores das duas disciplinas. Ao total, o instituto possuía 52 sócios fundadores (SILVEIRA, 2008).

Em sua maioria, o quadro social, no que se refere às atividades profissionais dos fundadores, era composto por advogados, jornalistas, militares e professores. Percentualmente, advogados representavam 34,61%; jornalistas, 23,07%; professores e militares, 9,62% cada. Outras profissões estavam representadas da seguinte forma: 7,69% eram clérigos; 5,76%, médicos; 3,84%, engenheiros; estancieiros, escritores e tabeliões representavam 1,93%, cada um. (SILVEIRA, 2008)

Esse quadro social era bastante heterogêneo, mas, em sua maioria, era composto por indivíduos pertencentes a camadas sociais médias urbanas e funcionários públicos (MARTINS, 2015). Além disso, os membros do instituto tinham diferentes tendências político-partidárias e mantinham uma boa relação com a imprensa, tendo espaço em jornais. Inclusive, muitos dos membros eram jornalistas ou possuíam vínculos com a imprensa, o que abria ainda mais espaço para a instituição, na imprensa (SILVEIRA, 2008).

Quanto à faixa etária, as idades variavam entre 30 e 49 anos de idade. Ao relacionar idade e atividade profissional, percebe-se que o grupo dos advogados correspondia a menor faixa etária, com idade abaixo de trinta anos seguido pelo grupo dos jornalistas que correspondiam a média de idade em torno dos 43 anos, enquanto, no outro extremo está o grupo dos professores, com uma média de 58 anos. Esses números demonstram que as duas primeiras atividades profissionais levavam com mais facilidade ao caminho intelectual (MARTINS, 2015).

Apesar de terem sido fundados em contextos diferentes, muitos dos elementos apresentados sobre estes três Institutos Históricos e Geográficos, o Brasileiro, o da Província de São Pedro e o do Rio Grande do Sul se assemelham. Além disso, muitas características compartilhadas por essas instituições são análogas ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, objeto de pesquisa deste trabalho e que será abordado de forma mais específica no segundo capítulo.

Como já mencionado anteriormente, o intuito deste primeiro capítulo, não foi o de fazer uma revisão sobre trabalhos voltados aos Institutos Históricos e Geográficos. Até porque, esse propósito não caberia a um trabalho como este. Devido a isso, objetivo foi apresentar as aproximações e também as particularidades destes três espaços, de modo que,

posteriormente, tornassem possível uma análise do IHGJ tomando esses elementos como comparativos, permitindo assim, uma melhor compreensão da instituição.

2 “A CASA QUE REPRESENTA O GLORIOSO PASSADO DA CIDADE HEROICA”: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JAGUARÃO

No dia 3 de junho de 1966, Rubens Gonçalves Marques, então prefeito da cidade de Jaguarão, recebia uma correspondência que iniciava da seguinte maneira:

Senhor Prefeito Municipal,
De longa data apaixonado cultor da História e da Geografia e de suas ciências auxiliares, valho-me do presente para sugerir a Vossa Senhoria a fundação em nossa cidade, de um Instituto Histórico e Geográfico, a exemplo do que vem ocorrendo nas principais cidades do Estado.
Jaguarão, Cidade Heróica, tão rica de tradições gloriosas e bêmço de tantos varões insignes, não pode permanecer indiferente ao culto que lhes é devido.⁹

O remetente desta correspondência era, o então Cônsul do Brasil em Rio Branco e membro do IHGRGS, Ruy Antônio Silva Costa. Nesta carta em que sugere a criação de um instituto, Ruy dá início a história do que agora, torna-se o objeto de pesquisa deste trabalho: o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Sendo assim, a primeira parte deste capítulo abordará a criação e a fundação do Instituto, enquanto na segunda, proponho-me a identificar elementos característicos da instituição a partir da análise do primeiro estatuto. Algumas dessas características assemelham-se àquelas mencionados no capítulo anterior, sobre as instituições congêneres, porém serão identificadas dentro dos limites das fontes acessadas. Essa escolha tem o intuito de integrar a compreensão deste espaço a lógica daquelas instituições.

2.1 “A exemplo do que vem ocorrendo nas principais cidades do Estado”: O IHGJ e sua fundação

No dia 6 de julho de 1966, após receber a sugestão da criação de um Instituto Histórico e Geográfico, o então prefeito, enviou ao Poder Legislativo, a proposta de criação do mesmo. E então, no dia 15 do mesmo mês e ano, a Câmara Municipal emitiu parecer favorável à criação.¹⁰ Dessa forma, foi criado, através da Lei Municipal nº 725 de 19 de julho

⁹ Correspondência anexada ao Projeto de Lei nº 725/66, Câmara Municipal de Jaguarão.

¹⁰ Projeto de Lei nº 725/66, Câmara Municipal de Jaguarão.

de 1966, o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, primeiro do gênero a ser criado por lei municipal.¹¹

Mesmo tendo sido fundado em 66, as movimentações para criação do Instituto iniciaram em 1964, com a chegada de Ruy em Jaguarão. Nestes dois anos anteriores à criação, aqueles que viriam a ser os fundadores do IHGJ, Almiro de Lima Piúma, Carlota Correa, Leo Santos Brum e Ruy, realizaram reuniões na casa deste último a fim de iniciar a articulação com a prefeitura e também com a comunidade jaguareense em busca de doações. Além disso, durante as reuniões foi organizado um ante-projeto de estatuto.

Na carta em que sugere a criação do Instituto, Ruy faz a seguinte afirmação: “*Anexo, tomo a liberdade de enviar-lhe um ante-projeto de Estatuto, adaptado do Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao qual tenho a honra de pertencer.*”¹² Essa afirmação permite perceber que, mesmo tendo sido criado mais de 45 anos depois do IHGRGS, o Instituto de Jaguarão, seguiu seus modelos organizacionais, assim como, o IHGRGS, quando então criado, havia seguido os moldes do instituto nacional (SILVEIRA, 2008).

A criação do Instituto foi divulgada na imprensa local. Uma semana após publicar a lei de criação da instituição, o jornal *A Folha* noticiou a nova instituição com a seguinte afirmação:

A criação do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, muito oportunamente criado, vem preencher uma lacuna cultural e, ao mesmo tempo, zelar pelo patrimônio histórico de nossa cidade, levando-se em conta que Jaguarão é, de fato, uma cidade histórica.¹³

A publicação mencionava ainda que a finalidade da instituição seria a realização de pesquisas históricas e geográficas sobre o passado da cidade, além da organização do arquivo e o tombamento do patrimônio histórico municipal. As finalidades elencadas pelo jornal vão ao encontro do que consta no primeiro estatuto da instituição¹⁴. Inclusive, sobre o

¹¹ Discurso proferido pelo membro do Instituto, Cléo dos Santos Severino durante a solenidade de comemoração dos 30 anos da instituição, IHGJ.

¹² Durante a pesquisa, não tive acesso a este anteprojeto.

¹³ Jornal *A Folha*, 4 de agosto de 1966, IHGJ

¹⁴ Jornal *A Folha*, 4 de agosto de 1966, IHGJ

tombamento, diferente de outros institutos históricos, foi criada uma comissão voltada especificamente para essa finalidade, a “Comissão de Tombamento da Cidade Heroica”.¹⁵

Conforme consta no artigo 1º, do primeiro capítulo do estatuto, a instituição: “*Tem por finalidade estudar e cultivar a história, a geografia e suas ciências auxiliares*”¹⁶. Essa finalidade é a mesma partilhada pelos institutos nacional, provincial e estadual e recebeu destaque na correspondência enviada a Moisés Vellinho, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A carta tinha o intuito de comunicar àquela instituição a criação do IHGJ e iniciou da seguinte maneira:

Senhor presidente,
Temos a honra de participar a Vossa Senhoria haver sido fundado, nesta cidade, o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão que, de acôrdo com a regulamentação estatutária dedicar-se-á ao estudo e difusão de nossa História, Geografia e ciências-afins.¹⁷

Esta carta vai ao encontro das finalidades do instituto jaguareense, pois, conforme consta no inciso primeiro do primeiro capítulo do Estatuto: “*Como um dos meios de atingir sua finalidade, o Instituto manterá uma estreita vinculação com entidades congêneres no país e exterior.*”¹⁸ Tanto a carta, quanto o excerto do Estatuto demonstram o interesse do instituto local em vincular-se a instituições congêneres. Esse interesse foi identificado também no IHGPSP que, logo após sua criação já buscou vincular-se ao IHGB (MARTINS, 2015).

O desejo de manter contato com instituições congêneres e também o fato de Ruy, o idealizador do instituto, ser também membro do IHGRGS e valer-se disso no momento da proposta de criação da instituição, pode ser compreendido como uma forma de afirmação do IHGJ como um espaço legítimo de saber. Essa estratégia é a mesma desenvolvida pelo IHGB nos anos iniciais de sua existência, quando buscava legitimação através do contato com o Instituto Histórico de Paris (GUIMARÃES, 2011).

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão tornou a ser tema de publicações no jornal *A Folha* pela divulgação da solenidade de sua inauguração. Algumas semanas depois da primeira notícia sobre o Instituto, o jornal noticiou a composição da primeira diretoria da instituição afirmando que havia sido nomeada através de decreto municipal. Também

¹⁵ Discurso proferido pelo presidente do Instituto, Ruy Antonio Silva Costa, durante a solenidade de comemoração do primeiro ano da instituição, IHGJ.

¹⁶ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 1. IHGJ

¹⁷ Correspondência passiva 1965-1966, correspondência nº 106 de 1966, IHGRGS

¹⁸ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 3. IHGJ

divulgou a data de inauguração oficial que ocorreria no dia 23 de novembro de 1966, nas dependências do prédio que sedeava.¹⁹

Durante a solenidade de inauguração estiveram presentes autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, como também, os dois idealizadores da instituição: o prefeito Rubens Marques Gonçalves e o Cônsul Ruy Antônio Silva Costa. Os discursos dos dois foram marcados por uma exaltação do “passado jaguareense” e da afirmação do Instituto como um lugar de valorização desse passado. Além disso, a imprensa escrita e falada esteve presente na inauguração, tendo a mesma, sido irradiada pela emissora local.²⁰

Em seu discurso em ocasião da inauguração, Rubens fez uma afirmação que permite identificar o que considera como História:

Aqui vimos, com a intenção de convidar a todos, para que somem seus esforços, e seus conhecimentos, no sentido de obtermos, para Jaguarão, um constante culto ao passado, a fim de que os vindouros tenham uma orientação segura de como procederem, conduzidos, esclarecidos, pela palavra e ato dos que, antes de nós, honraram a terra em que nasceram e, em favor dela, como exemplar postura cívica e dignidade humana, oferecem suas vidas. Assim esperamos, por aceitarmos a afirmativa de que a ‘História é mestra da vida’.²¹ (grifos do autor)

Devido ao fato de Rubens ter sido um dos idealizadores e tendo concretizado a fundação do Instituto, essa afirmação torna-se extremamente importante. Essa concepção de História como *magistra vitae*²², era partilhada com outras instituições do gênero, como o IHGB e o IHGRGS. O objetivo deste trabalho não é identificar qual o conceito de História é partilhado pelos membros do IHGJ, por isso não irei deter-me a uma análise desse caráter. Porém, tornou-se necessário fazer menção a essa característica devido à afirmação de Rubens.

De forma análoga ao que ocorrera com instituições congêneres, que foram apresentadas no capítulo anterior, as primeiras instalações do IHGJ foram em espaço cedido por outra instituição, o Circulo Operário de Jaguarão²³. Este espaço passou por reformas para se adequar as necessidades da instituição, no sentido de organizar o arquivo histórico da

¹⁹ Jornal *A Folha*, 11 de agosto de 1966, IHGJ

²⁰ Jornal *A Folha*, 1 de dezembro de 1966, IHGJ

²¹ Discurso proferido pelo então prefeito, Rubens Marques durante a solenidade de inauguração da instituição, IHGJ.

²² Sobre História *magistra vitae*, ver Koselleck (2006)

²³ Criado em 31 de dezembro de 1911 com o nome de Sociedade Operária Jaguareense a troca do nome em 2 de janeiro de 1948 corresponde a vinculação à Federação de Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Em 79, a instituição fornecia assistência técnica e educacional aos associados. (CECHIM, 1979, p.93)

cidade. O acervo foi composto a partir de algumas doações de documentos históricos por parte da Prefeitura Municipal e também de particulares.²⁴

No mesmo ano, a instituição mudou suas instalações para um prédio municipal situado na Rua 20 de setembro 348, onde já foi realizada sua inauguração. Porém, este prédio não oferecia condições para a conservação do acervo. Devido a isso, em 1973, através do convênio entre o próprio IHGJ e a Sociedade Cultural Graciliano Gerônimo de Souza²⁵, mudou-se para o prédio desta última, antiga sede do Partido Libertador, localizado à Rua Marechal Deodoro, 874, sede atual do Instituto²⁶.

Na primeira parte deste capítulo busquei apresentar informações sobre a criação e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, com o intuito de tornar mais compreensível a forma como constituiu-se esta instituição. Realizada esta primeira etapa, no subcapítulo seguinte, buscarei, através da análise do primeiro estatuto, identificar aspectos características do IHGJ, no período de vigência desse estatuto, período de tempo que corresponde ao recorte temporal deste trabalho.

2.2 “Adaptado do estatuto do IHGRGS”: O primeiro estatuto do IHGJ

Na segunda parte deste capítulo tomando como ponto de partida a análise do primeiro estatuto, irei identificar algumas características do IHGJ. Com o intuito de contribuir com a análise, não será utilizado apenas o estatuto, este será relacionado a outras fontes pesquisadas como, por exemplo, publicações do jornal *A Folha* e discursos dos sócios. Além disso, buscarei sempre identificá-lo ou diferenciá-lo das instituições congêneres apresentadas no primeiro capítulo.

No primeiro capítulo nas alíneas “b” e “c”, a manutenção de uma biblioteca, um arquivo histórico e um museu são definidos como formas de alcançar as finalidades da instituição. Estes espaços foram constituídos e receberam nomes de personalidades jaguarenses. O museu passou a se chamar Museu Alfredo Varela, a biblioteca foi intitulada

²⁴ Jornal *A Folha*, 4 de agosto de 1966, IHGJ

²⁵ Foi fundado em 24 de junho de 1967 presidido por Athayde de Augusto Dutro. Seus objetivos eram manter o culto das tradições cívicas do Rio Grande do Sul e realizar pesquisas a respeito da história da vida política do Brasil e principalmente do estado. Estatuto da Sociedade Cultural Graciliano Gerônimo de Souza, p.1, IHGJ.

²⁶ Jornal *A Folha*, 28 de abril de 1973, IHGJ

Biblioteca Almiro de Lima Piúma e o arquivo histórico recebeu o nome de Arquivo Leo Santos Brum

A Biblioteca Almiro de Lima Piúma constituiu seu acervo com 5540 volumes catalogados, entre estas obras estão: tratados de história e geografia, livros didáticos, revistas do século XIX e exemplares da literatura mundial²⁷. Já o Arquivo Histórico Léo Santos Brum foi composto por jornais dos séculos XIX e XX, livros e atas de instituições civis, políticas, religiosas, estatais e documentação fotográfica. Ambos tiveram seu acervo composto a partir da doação da prefeitura e da comunidade jaguareense.

O Museu Alfredo Varela compôs seu acervo com 3860 peças, sendo que cerca de noventa por cento desse total, possui índice de identificação. As coleções presentes neste acervo são: uma coleção numismática, uma coleção arqueológica, líticos e metais, relíquias religiosas, objetos de usos e costumes de “gauchescos”, imagens de personalidades da cidade, móveis e utensílios urbanos e rurais; peças de arte e do folclore nacional²⁸. Assim como os dois acervos anteriores, este também se constituiu a partir de doações.

O segundo capítulo do Estatuto refere-se à divisão organizacional dos sócios e apresenta cinco categorias que poderiam ser ocupadas: contribuintes, efetivos, honorários, beneméritos e correspondentes. Havia atribuições diferentes para cada categoria de sócio. Os sócios efetivos, além de contribuírem, anualmente, com Cr\$ 6.000 (seis mil cruzeiros), deviam também, serem possuidores de reconhecida capacidade intelectual. Esse critério de “intelectualidade” estava presente também em outras instituições congêneres.²⁹

Diferente do critério de ingresso do IHGRGS, no qual a “capacidade intelectual” era comprovada através da apresentação de um trabalho autoral, no IHGJ não havia essa necessidade de uma comprovação material dessa intelectualidade. Não havia também, a necessidade de uma formação específica. Por isso, entendo que o ingresso de sócios se dava, muito mais pela demonstração de interesse por parte daquele que desejava ingressar na instituição, do que pelo reconhecimento de sua capacidade intelectual.

Sobre as outras categorias de sócios, consta no estatuto que os sócios contribuintes eram aqueles que contribuísem anualmente com o valor de Cr\$ 12.000 (doze mil cruzeiros) e

²⁷ Jornal *A Folha*, 14 de abril de 2005, IHGJ

²⁸ Jornal *A Folha*, 14 de abril de 2005, IHGJ

²⁹ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 4-5. IHGJ

os beneméritos eram os que tivessem contribuído com um valor igual ou superior a Cr\$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros) como auxílio para a instalação da instituição. A necessidade que os sócios realizassem um pagamento anual não foi identificada em instituições do gênero, como o IHGB, o IHGPSP, nem o IHGRGS.³⁰

Haviam ainda as categorias de sócio honorário e correspondente. Honorário era o título que a diretoria poderia conceder a eminentes figuras do mundo intelectual. Já os correspondentes eram indivíduos nacionais ou estrangeiros que residissem fora da cidade de Jaguarão e que fossem autores de trabalhos históricos, geográficos ou de outras ciências afins, estes, ficavam isentos do pagamento de qualquer valor.

O capítulo II, inciso 6º do Estatuto, se refere ao ingresso de novos sócios: “*Todas as propostas de sócios deverão ser apresentadas em sessão de diretoria e por ela discutidas e aprovadas por unanimidade;*”³¹ O critério da unanimidade, diferencia o IHGJ das demais instituições do gênero, em que, apesar de exigir que o ingresso de novos sócios passassem pelo crivo da diretoria, não exigiam que a aprovação fosse unânime (SILVEIRA, 2008). Esse aspecto fortalece ainda mais o argumento de que os Institutos Históricos e Geográficos eram a “academia dos eleitos” (GUIMARÃES, 2008).

No Estatuto constavam ainda exigências referentes à conduta do Instituto. No vigésimo terceiro artigo consta: “*É vedado pelo Instituto entreter polêmica pela imprensa, envolver-se em questões pessoais e em discussões políticas e religiosas*”.³² A proibição do envolvimento com questões políticas pode ser entendida como uma busca por neutralidade, que o instituto tanto almejava. Essa característica é partilhada com outros espaços de produção do conhecimento e que também, ao menos em tese, buscavam neutralidade (PETRÓ, 2012).

Caso o comportamento ou posição de algum membro destoasse do que era entendido como aceitável dentro da instituição e isso fizesse com que os demais membros o vissem como um elemento prejudicial ao IHGJ, o mesmo, poderia ser excluído da instituição, pois o segundo capítulo, no inciso nono, referencia a exclusão de sócios. Consta que aqueles que se tornassem nocivos a instituição poderiam ser eliminados a partir de deliberação da diretoria. Essa deliberação deveria ocorrer em duas sessões por maioria.

³⁰ Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, p. 4-5. IHGJ

³¹ Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, p. 4. IHGJ

³² Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, p. 12. IHGJ

Na alínea “d” do inciso segundo do primeiro capítulo, consta como objetivo, a publicação de uma revista. Essa revista, intitulada *Cadernos Jaguarenses*³³ teve sua primeira edição somente em 1990, atingindo assim, o objetivo exposto no Estatuto de manter uma revista, somente vinte e quatro anos após sua fundação. Devido a isso, nos anos que antecederam essa primeira edição, suas produções restringiram-se a publicações de colunas em jornais e realização eventos como palestras, exposições e semanas comemorativas.

As colunas no jornal “A Folha” foram, nas décadas iniciais do IHGJ sua principal forma de divulgação da produção de seus membros. Destaco quatro colunas que foram publicadas por um período mais longo. A primeira delas, a coluna “Coisas de ontem” de Almiro de Lima Pima; a segunda “Mosaicos Crioulos” de Leo Santos Brum, a terceira “Jaguarão Antiga” de Jader Clementino Gonçalves e por último, “Vultos Jaguarenses”, que não era assinada por nenhum membro específico e identificada como sendo produção do Instituto.

O quarto capítulo apresenta três comissões permanentes, que tinham suas composições escolhidas pelo presidente, podendo ser criadas outras, caso o presidente julgasse necessário. A comissão fiscal e a de sindicância, eram compostas por três membros cada uma e a comissão de redação da revista era composta por dez membros, entre eles, o presidente. Não havia incompatibilidade entre os membros da diretoria e das comissões, exceto o cargo de tesoureiro e a comissão fiscal.

Em maio de 1967 o IHGJ promoveu a “Semana do Instituto”, que tinha o objetivo de divulgar a instituição e também, concretizar suas proposições, entre elas, fornecer à população material de caráter histórico e geográfico. Dentro dos vinte primeiros anos de existência do IHGJ, esta semana foi o evento mais mencionado nos jornais e também pelos confrades e o que contou com a maior participação da comunidade jaguarense. Explicando a finalidade do evento é publicado no jornal *A Folha* a seguinte afirmação:

É para despertar esse amor pela história dos pagos, para estimular o desejo de conhecer a vida da velha querência e saber como ela se desenvolveu no decorrer dos anos; é para ligar o presente ao passado, mediante a rememoração de acontecimentos que aqui se registraram; é para aviventar lembranças que o tempo procura diluir e

³³ Ao todo a revista possui oito volumes. O primeiro é do ano de 1990, o segundo de 1998, o terceiro de 2006, o quarto de 2009, o quinto de 2013, o sexto de 2014, sétimo de 2015 e oitavo de 2016.

para estudar os fatos de Jaguarão antigo que o nosso Instituto Histórico e Geográfico vai criar a ‘Semana do Instituto’.³⁴

O jornal anunciou também que, junto à Semana, haveria um concurso de monografias do qual poderiam participar alunos do secundário. Este concurso teria por finalidade: “[...] *incutir na mocidade das nossas escolas o gosto pela história de Jaguarão.*”³⁵ Essa intenção de cultivar nos jovens o interesse pelo culto ao passado glorioso da cidade estava presente também na carta de proposição que o idealizador do instituto enviou ao prefeito:

Nos dias atuais, em que desgraçadamente a nossa juventude descamba para caminhos tão sinuosos, é nosso dever salvaguardar as tradições tão caras do povo brasileiro e inculcar-lhe o respeito e o amor às cousas do passado. E, para tal, o que de melhor se nos apresenta na parte do culto histórico do que a fundação de entidades que congruem os elementos mais representativos de nossa sociedade? É no exemplo dos antepassados que devemos buscar incentivo para nossa labuta diária.³⁶

Os elementos presentes nos dois excertos acima estão alinhados as finalidades da instituição presentes no Estatuto e demonstram que havia uma semelhança entre a função atribuída a História e conseqüentemente ao IHGJ com a concepção do IHGRGS. Como mencionado anteriormente, a instituição estadual percebia a história como instrumento pedagógico através da descrição de exemplos ocorridos no passado (SILVEIRA, 2008). É possível perceber que a instituição jaguareense partilhava desta ideia.

Devido ao contexto em que foi criado, em plena ditadura militar e tendo identificado que o IHGJ mantinha uma boa relação com governantes e militares, tendo generais e tenentes entre seus sócios e inclusive recebido a visita de um ditador, Figueiredo. É possível perceber que os “caminhos tão sinuosos” que desviavam a juventude das “tradições caras ao povo brasileiro” a que se referiu Ruy, se referem a oposição a ditadura militar.

Três semanas após aquela primeira publicação sobre a *Semana do Instituto*, o jornal tornou a noticiar a atividade. A publicação demonstrava um tom bastante enaltecedor, no sentido de legitimar a atividade e demonstrá-la como uma ação bem-sucedida:

³⁴ Jornal *A Folha*, 4 de maio de 1967, IHGJ

³⁵ Jornal *A Folha*, 4 de maio de 1967, IHGJ

³⁶ Correspondência anexada ao Projeto de Lei nº 725/66, Câmara Municipal de Jaguarão.

A iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, parece que está dando bons resultados.

Diariamente, afluem à sede daquela entidade alunos das escolas locais, que ali vão colher dados para seus trabalhos escolares e ao mesmo tempo aprender algo sobre Jaguarão e seu passado histórico.³⁷

Além disso, o fato dos dirigentes do jornal serem pertencentes ao Instituto e seu proprietário, mesmo não sendo membro da instituição, participar das reuniões³⁸ é um indicativo das relações que os dois espaços mantinham.

A aproximação e uma boa relação com a imprensa não eram uma particularidade do IHGJ, pois pode ser percebida também no IHGRGS em seus primeiros anos de existência. Os membros da instituição estadual possuíam um espaço reservado em jornais, ou até mesmo eram seus dirigentes. Mesmo aqueles que não pertenciam ao instituto, simpatizavam com a mesma. A diferença era que, enquanto o IHGJ relacionava-se a jornal apenas, o único da cidade, o IHGRGS relacionava-se com vários jornais, tanto da situação quanto da oposição (SILVEIRA, 2008).

No discurso de comemoração de um ano do Instituto, o presidente fez a seguinte menção à Semana:

Tenho a satisfação de informar que, somente na semana compreendida entre os dias 23 e 31 de maio, mais de 2800 pessoas visitaram a esta sede e cerca de 1500 a exposição, numa demonstração eloquente do interesse despertado na população local.³⁹

Através dessa afirmação e do destaque dado ao número de pessoas que visitaram a instituição, percebo que o presidente demonstra a preocupação em evidenciar o instituto como um espaço legítimo de circulação e produção do saber na cidade.

No discurso de comemoração do primeiro ano do IHGJ, o então presidente Ruy, faz ainda uma afirmação que permite perceber a concretização de um dos objetivos expressos no estatuto, o de manter correspondência com instituições congêneres⁴⁰. O presidente faz a seguinte afirmação:

³⁷ Jornal *A Folha*, 25 de maio de 1967, IHGJ

³⁸ Entrevista com Carlota.

³⁹ Jornal, *A Folha*, 24 de fevereiro de 1968, IHGJ

⁴⁰ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 4. IHGJ

Desde o início, foram traçadas normas que estão em execução, entre as quais, cumpre salientar, o intercâmbio associativo com os demais Institutos sediados no Brasil e no exterior, o que veio propiciar um proveitoso conhecimento sobre aquelas entidades e a difusão dos múltiplos aspectos culturais das regiões onde se encontram e da nossa em especial.⁴¹

Além disso, as reuniões realizadas nesses primeiros anos, eram iniciadas com a leitura de correspondências recebidas de outras instituições. Essa troca de correspondências estava prevista na alínea “e” do inciso segundo do primeiro capítulo. Nessas reuniões também eram realizadas explanações sobre acontecimentos tidos como importantes ocorridos no mesmo dia e mês em anos passados. Esse momento da reunião era chamado de *efemérides* e qualquer membro poderia apresentar o acontecimento que achasse importante.

As reuniões, sempre realizadas às segundas-feiras, tinham um caráter muito mais cultural⁴² do que organizacional, pois, os assuntos administrativos quase não eram debatidos. Era cultural, pois, além do momento *efemérides*, em que o intuito era promover uma troca de conhecimento, havia também a realização de palestras, onde, a cada semana um dos confrades era responsável por realizar uma palestra para os demais sócios, o tema poderia ser escolhido pelo próprio palestrante, e deveria ser relacionado às finalidades do instituto⁴³.

De acordo com o terceiro capítulo do estatuto, os cargos da diretoria eram exercidos de forma gratuita e tinha em comum a função de fazer cumprir os regulamentos da instituição, resolver as questões de cunho administrativo. Uma outra tarefa que competia a diretoria como um todo, era expor a cada ano os fatos ocorridos na ano anterior prestando contas quanto ao estado financeiro e apresentando propostas que visassem o desenvolvimento da instituição. Além disso, cabia dar posse a diretoria sucessora.

A diretoria tinha sua divisão organizacional dividida da seguinte maneira: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e bibliotecário-arquivista⁴⁴. A primeira diretoria da instituição foi designada através de decreto municipal, as demais foram eleitas em assembleias gerais de sócios contribuintes e

⁴¹ Jornal *A Folha*, 24 de fevereiro de 1968, IHGJ.

⁴² Definição utilizada por Carlota.

⁴³ Jornal *A Folha*, 5 de outubro de 1968, IHGJ

⁴⁴ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 5. IHGJ

efetivos, tendo mandato de dois anos⁴⁵. Conforme o estatuto, cada um dos cargos possuía funções específicas.

O presidente deveria ser o responsável por representar a instituição na relação com indivíduos e entidades externas. Também competia a este cargo a convocação, organização e direção das reuniões, sessões e assembleias, além de manter a ordem nas discussões e votações realizadas nesses espaços. A assinatura de atas, diplomas de sócios e até mesmo de cheques, ordens de pagamentos e qualquer retirada de dinheiro, eram também responsabilidade do presidente.

Tanto ao cargo de primeiro, quanto ao de segundo vice-presidente competia a substituição do presidente, exercendo todas as suas atribuições. No momento em que o presidente precisasse de substituição, o primeiro vice assumia seu lugar e o cargo de vice era assumido pelo segundo vice-presidente. Mesmo quando não estavam efetivamente na substituição dos cargos, os vices mantinham o direito de votos, tanto consultivos, quanto deliberativos nas sessões diretivas.

As funções do primeiro secretário diziam respeito a substituição do vice-presidente e também a encargos mais específicos como realizar a chamada de sócios nas reuniões e também avisá-los ou convocá-los para as mesmas; assinar atas, diplomas, comunicados e circulares. Outra tarefa deste cargo era remeter às comissões específicas as propostas e trabalhos que necessitassem de parecer, realizando o devido registro das mesmas. Era sua função também conservar a secretaria em ordem.

Já ao segundo secretário, competia a tarefa de substituir o primeiro, quando necessário, e também, auxiliá-lo em suas demandas. Além disso, era de sua atribuição: a redação e transcrição das atas, tanto das sessões da diretoria, quanto das assembleias gerias, o comparecimento a todas as sessões da diretoria e a assinatura de correspondências, quando solicitado por parte do presidente. A este cargo competia também o voto consultivo e também deliberativo nas sessões diretivas.

Ao tesoureiro cabia os seguintes deveres: arrecadar as receitas do Instituto, realizar os pagamentos autorizados pelo presidente, proceder a cobrança das anuidades; ter controle dos saldos depositados na conta bancária própria da instituição. A cada seis meses o tesoureiro deveria ainda, prestar contas dos fundos sociais e a cada ano, apresentar o balanço de receitas

⁴⁵ *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão*, p. 13. IHGJ

e despesas do ano anterior, junto aos documentos necessários para comprovação, a ser realizada pelo conselho fiscal.

Àquele que ocupasse o cargo de bibliotecário e arquivista caberia a manutenção e organização tanto da biblioteca, quanto do arquivo. Era sua tarefa também, a catalogação dos itens dos dois acervos e o registro das entradas e saídas de livros e outros documentos. As atividades identificadas eram as funções atribuídas a cada um dos sete cargos que compunham a diretoria de acordo com o que conta no primeiro estatuto da instituição e são importantes para entender a divisão organizacional deste órgão.

Neste capítulo, busquei identificar elementos que caracterizassem a criação e a fundação da instituição, busquei também, a partir da análise do primeiro estatuto e da relação com outras fontes, identificar as características das duas primeiras décadas do IHGJ. Esses aspectos são apenas alguns dos elementos que serão abordados nesta pesquisa. Sendo assim, no próximo capítulo realizarei a análise de um outro aspecto importante, a composição das diretorias dentro desse período.

3 “UM PUGILO DE BENEMÉRITOS JAGUARENSES”: AS DIRETORIAS

Conforme consta em seu Estatuto, a administração do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão competia à diretoria. Devido a isso, tendo o objetivo de identificar as características da instituição durante suas duas primeiras décadas, torna-se fundamental entender a composição dessas diretorias. Um outro elemento que tornou-se relevante ao longo da pesquisa, foi a compreensão da presença de mulheres ocupando cargos na administração da instituição.

Sendo assim, neste capítulo proponho-me a realizar uma análise das diretorias dos vinte primeiros anos do IHGJ. Nessa análise serão considerados aspectos como gênero, profissão, formação e vínculo a outras instituições. Na primeira parte serão abordados esses itens e também as características de alguns membros que tiveram destaque na instituição. Na segunda parte, será realizada uma análise da presença feminina, identificando características dessas mulheres e também a forma como se davam suas participações nesse espaço.

3.1 “Elementos dinâmicos a quem, sem sombra de dúvidas, cabem os louros do desenvolvimento e projeção”: A composição das diretorias

Neste primeiro subcapítulo será realizada uma análise dos quadros das diretorias. Está análise será realizada inicialmente através da identificação de características de alguns indivíduos que tiveram destaque e que são reconhecidos como membros da instituição, será também analisado as características desse grupo no que se refere a formação, atividade profissional e vínculo com outras instituições. Está análise será feita a partir da análise de quadros elaborados com base nas informações coletadas ao longo da pesquisa.

A composição das diretorias das duas primeiras décadas⁴⁶ é caracterizada pela permanência dos mesmos sócios, apenas com algumas pequenas variações. Os cargos que compõem a diretoria foram, nesse período, ocupados por 23 sócios⁴⁷. Dez membros participaram de apenas uma diretoria, os outros 13 revezaram-se entre os cargos. Essa característica, assemelha-se ao IHGRGS, que ao longo de sua primeira década manteve a

⁴⁶ Apêndice 1 – Composição das diretorias

⁴⁷ Apêndice 2 – Cargos ocupados pelos membros

composição de suas diretorias praticamente a mesma, apenas com rearranjos dos cargos a cada eleição (SILVEIRA, 2008, p.16-17).

O Cônsul Ruy Antônio Silva Costa, por exemplo, ocupou cargos em todas as diretorias pesquisadas. Como presidente, permaneceu durante os oito primeiros anos consecutivos, depois disso, passou a ocupar os cargos de primeiro-secretário, durante dez anos e primeiro vice-presidente, por mais dois anos. Sua presença constante nas diretorias pode ser facilmente compreendida se observado algumas características de sua formação e também de sua trajetória.

Além de ter sido o idealizador da instituição, Ruy era o único membro que possuía formação específica nas áreas de História e Geografia, além de ter publicado várias obras relacionadas a esses temas. Aliado a esses aspectos, estava o fato dele ter sido também membro do IHGRGS e de outras instituições de caráter semelhante tanto no Brasil, quanto no exterior. Essas características pessoais faziam com que Ruy fosse reconhecido na cidade como um legítimo detentor do saber.

Um outro membro que esteve presente em praticamente todas as diretorias ao longo do período foi Cleo dos Santos Severino, que ocupou o cargo de tesoureiro por seis anos e de bibliotecário e arquivista por doze anos, ausentando-se apenas no biênio 1976-1978. Assim como Ruy, há elementos que permitem pensar a presença constante de Cléo nesses cargos. Porém, neste caso, as características de sua trajetória tornam-se mais importantes que sua formação.

Apesar de ter sua formação como auxiliar de escritório no Colégio Comercial de Jaguarão e ter, durante 29 anos, atuado na Alfândega de Jaguarão como funcionário público federal, Cléo teve grande destaque na cidade como professor, romancista e teatrólogo. Publicou dois livros e fundou na cidade o Grupo Cênico Pedro Bloch, no qual atuou e dirigiu, ao longo de 15 anos, peças teatrais incluindo seis de sua autoria. Sua experiência com a docência rendeu a forma como era conhecido na cidade “Professor Cléo”.

Atuou como professor particular e lecionou no Curso Ginásial, foi também criador do Curso de Alfabetização Noturna, no qual trabalhava gratuitamente. No livro “Minha terra, minha gente”, Marilú Duarte, afirma que: “*Dialogar com o Professor Cléo é sem dúvidas um momento de cultura e conhecimento*”(DUARTE, 1994, p.141) e “*Intelectual e convicto de seus posicionamentos sempre foi um defensor da consciência cultural*” (DUARTE, 1994,

p.142). A escritora não é uma exceção, ainda hoje, ao falar o nome de Cléo em uma conversa muitos elogios a sua “cultura” serão ouvidos.⁴⁸

Cléo também recebia o reconhecimento de seus companheiros do IHGJ devido as contribuições que dava a instituição. Durante o longo período em que foi bibliotecário e arquivista realizou a encadernação de diversos documentos e também promoveu a higienização do acervo, através de uma peculiar prática de submersão no querosene⁴⁹. O fato de ter ocupado este cargo durante tanto tempo pode ser relacionado ao gosto que tinha pelos acervos, já que possuía uma biblioteca particular com mais de 12 mil livros e 25 mil revistas.

Mesmo tendo participado por um período menor de tempo, Almiro de Lima Piúma, foi uma figura de destaque dentro da instituição e é lembrado ainda hoje⁵⁰. Este, ocupou o cargo de primeiro vice-presidente durante quatro anos, de 68 a 72, quando veio a falecer. Assim como Ruy e Cléo, Almiro era conhecido na cidade de Jaguarão como um indivíduo de grande intelectualidade mesmo não tendo concluído o ginásio e por isso, é identificado como um autodidata.

Ao abordar a história de “ilustres personalidades de Jaguarão”, Vagner Pacheco dos Santos (2006), membro do IHGJ, fez a seguinte afirmação sobre Almiro:

Sendo possuidor de inteligência lúcida e um grande senso de observação e estudo, conseguiu através de seus esforços pessoais e da devoção por leituras aprimoradas, suprir plenamente a falta de educação formal obtida nos bancos escolares, tornando-se um autodidata e uma indiscutível referencia cultural e intelectual de nossa comunidade (SANTOS, 2006, p.55).

O fato de não ter concluído sua formação, não fez com que fosse visto como “inferior”, muito pelo contrário, era exaltado, conforme expresso no excerto acima, como uma referência em intelectualidade e cultura. Essa característica de Almiro é destacada também pelo Sr.^a Carlota, que ao mencioná-lo afirmou:

Seu Almiro era uma pessoa que era muito culto, muito culto [...] Ele não tinha uma formação acadêmica, mas ele estudou em Porto Alegre, mas ele não tinha formação nenhuma de faculdade, mas era uma pessoa muitíssimo de culta, educada, era uma pessoa fina, tudo aquilo que tu gostaria de ver, ele era.⁵¹

⁴⁸ As entrevistas destacaram esse aspecto.

⁴⁹ Conforme relatado na entrevista com Dona Nilza.

⁵⁰ Seu nome foi citado nas duas entrevistas realizadas.

⁵¹ Conforme entrevista com Carlota

Ao destacar o quão culto era Almiro e afirmar que não possuía formação acadêmica, Sr^a. Carlota faz uma adendo: “*mas ele estudou em Porto Alegre*”. Esse aspecto é destacado também por Santos (2006) que inclusive anexa ao texto uma foto de seu diploma de conclusão do curso primário no Colégio São João Batista de La Salle. É possível perceber que o destaque dado, tanto pela Sr^a. Carlota, quanto por Santos, ao fato de ter estudo fora da cidade é uma forma de confirmar seu envolvimento com os estudos.

Já seu afastamento de uma educação formal é justificado através de alguns acontecimentos de sua vida. O primeiro deles é seu o retorno a Jaguarão ocasionado pela morte de seu pai. Outro acontecimento que influenciou a interrupção de seus estudos foi, apesar de, ao chegar em sua terra natal, Almiro ter frequentado o Ginásio Espírito Santo, conseguiu concluir apenas o primeiro ano, porque em 1915 a instituição foi transferida para a cidade de Jaú, no estado de São Paulo (SANTOS, 2006).

Um outro elemento destacado pela Sr^a. Carlota ao falar de Almiro diz respeito a suas relações na cidade: “*Ele era uma pessoa querida em toda cidade, ele fazia parte do asilo, tinha sido político, fazia parte da cooperativa.*”⁵². Ela atribuí seu reconhecimento na cidade como um resultado de sua participação em instituições e organizações na cidade. Almiro era membro de pelo menos doze instituições na cidade, que tinham as mais variadas finalidades, desde cultural, assistencialista até comercial.

Diante destas informações a respeito de Almiro é possível perceber que, se por um lado faltou-lhe a formação formal, suas relações e os espaços por onde circulou supriram essa carência no que se refere ao seu reconhecimento dentro da comunidade jaguarense. Esse reconhecimento pode ser explicado também, por suas publicações de crônicas, poemas, sínteses biográficas, descrições e relatos históricos em periódicos como o local *A Folha* e o Diário de notícias de Porto Alegre (SOARES, 2006).

Outro membro de destaque é Leo Santos Brum, que ocupou o cargo de segundo secretário por quatro anos e o cargo de presidente por dois anos. Apesar do curto tempo em que ocupou cargos nas diretorias do IHGJ, Leo foi um dos membros do Instituto de maior destaque. Tornou-se reconhecido na comunidade jaguarense e também no Brasil e na América

⁵² Conforme entrevista com Carlota.

Latina, como tradicionalista e também como historiador. Pensar sua trajetória permiti perceber elementos que explicam seu destaque dentro e fora do Instituto.

Leo, concluiu o curso secundário na Escola Técnica de Comércio de Jaguarão. Em sua atividade profissional como bancário, foi funcionário do Banco da Província do Estado do Rio Grande do Sul e depois gerente do Banco da Província em Brasília, foi também vice-diretor do Colégio Comercial Carlos Alberto Ribas. Porém, nem sua formação, nem sua atividade profissional deram-lhe o reconhecimento teve através de sua intensa atuação nos meios tradicionalistas.

Nesses espaços era chamado de “Santos, O tropeiro” e foi dessa forma que assinou muitas de suas produções. Era dessa forma que assinava a coluna “Mosaicos Crioulos” no jornal “*A Folha*”. Além da coluna no jornal local, teve publicações também no jornal *Correio do Povo* e nas revistas *Troféu* de São Paulo, *Província* do Banco da Província; *Diana* de Lisboa, *El cavalo*, da Argentina. Suas publicações contemplam ainda o livro *Gente Guapa* e o poema épico *Os Setembrinos*.

Em sua breve biografia, Duarte (1994) faz a seguinte descrição: “*Jornalista e escritor, um filho destes pagos, que conquistou sucesso pelos seus conhecimentos e intelectualidade, ficando conhecido e admirado em diversos lugares do Brasil e do exterior*”(DUARTE, 1994, p.146). A afirmação de Marilú permite compreender a importância que Leo possuiu. Demonstra também que não era um reconhecimento apenas local, mas de importância dentro e fora do país.

Leo foi ainda correspondente do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais, e também, secretário de Clube de Pesca de Brasília. Nos meios tradicionalistas, foi representante da Amigos Tradicionalistas da América e o fundador do primeiro centro de tradições gaúchas de Jaguarão, o CTG Rincão da Fronteira. Tanto Leo, quanto Almiro foram homenageados por seus companheiros do IHGJ. O Arquivo Histórico pertencente à instituição recebe o nome Léo Santos Brum e a Biblioteca, Almiro de Lima Piúma.

Jader Chagas Gonçalves é um outro exemplo de membro que apesar de ter ocupado cargos da diretoria por um período menor, teve destaque como tal. Ocupou cargos da diretoria por 10 anos, quatro como primeiro secretário, dois como tesoureiro, dois como primeiro vice-presidente e outros dois como segundo secretário. Assim como os confrades anteriormente

mencionados, a trajetória de Jader também apresenta elementos que podem ser relacionados a sua participação ao IHGJ.

Após ter concluído o curso secundário no Instituto Porto Alegrense em Porto Alegre, retornou a Jaguarão e passou a lecionar francês na Escola Normal Imaculada Conceição e francês e espanhol no Colégio Estadual Espírito Santo. Como atividade profissional exerceu o cargo de agente do Instituto de Previdência do Estado, mas foi seu trabalho na imprensa que o tornou conhecido. Atuou como jornalista, como gerente e colunista do jornal local *A Folha* e como colunista no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre.

Ao apresentar uma breve biografia de Jader, Duarte (1994) faz a seguinte afirmação sobre seus contos: *“Todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer Jader, reconhecem a sua intelectualidade e versatilidade de como escrevia seus contos e seus poesias regionalista, que continuam a revivê-lo em cada estrofe, pela riqueza de expressão.”* (DUARTE, 1994, p.143). Esta afirmação, além de valorizar seus contos, também demonstra seu reconhecimento na cidade.

Esses cinco membros, Ruy, Cléo, Almiro, Leo e Jader, receberam mais atenção neste trabalho por dois motivos, o primeiro é o fato de terem sido membros de destaque dentro da instituição. O segundo motivo, é o fato de, ao longo da pesquisa, terem sido encontradas mais fontes e informações a respeito dessas personalidades, inclusive tendo sido mencionados nas entrevistas. Esses dois motivos estão interligados, pois o maior número de registros pode ser entendido como uma consequência do destaque que tiveram como membros do IHGJ.

Relacionando dados a respeito dos membros da instituição é possível identificar alguns aspectos que demonstram o perfil desses membros. Quanto a formação, como pode ser visto no quadro 1, dos doze membros que tiveram suas formações identificadas, apenas seis membros possuíam curso superior, cinco possuíam o que hoje corresponderia ao ensino médio completo, e um, o ensino médio incompleto. Essa diversidade de níveis de formação não impediu que fossem reconhecidos e se reconhecessem como intelectuais.

QUADRO 1

Formações dos membros das diretorias

Membro da diretoria	Formação
---------------------	----------

Almiro de Lima Piúma	Curso Ginásial Incompleto
Benedito Souza	Não identificado
Carlota Maria Correa	Curso Normal
Claudio Rotta Rodrigues	Não identificado
Cléo dos Santos Severino	Auxiliar de Escritório
Eduardo Souza Soares	Bacharelado em Direito e Jornalismo
Heitor Fontoura de Moraes	Agrimensura
Jader Chagas Gonçalves	Curso Ginásial
Jorge Abel Neto	Bacharelado em Direito
Jorge Luiz da Silva	Não identificado
José Domingos Caetano	Não identificado
Leo Santos Brum	Curso Secundário
Luis Ignácio Jacques Junior	Não identificado
Luiz Augusto Dutra Resem	Não identificado
Luiz Cerqueira Mano	Não identificado
Luiz Marques Machado	Não identificado
Maria Amélia Bretanha Jacques	Licenciatura em Letras Clássicas e Pedagogia
Maria Julia Nieto	Curso Normal
Mario Prebianca	Bacharelado em Teologia e Sociologia
Olavo Clementino Gonçalves	Não identificado
Ruy Antônio Silva Costa	Bacharelado e Licenciatura em História e Geografia
Verdina Raffo de Souza Soares	Não identificado
Wander Lopes Valente	Não identificado

Já no que se refere às atividades profissionais que desenvolviam, dos 22 membros que tiveram suas atividades identificadas oito atuavam como professores e professoras, alguns destes não possuíam formação específica para lecionar e o faziam por possuir reconhecido saber e experiência na área. Os demais eram, em sua maioria, jornalistas, militares, bancários e funcionários públicos federais. Outras profissões eram exercidas por apenas um membro, como pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO 2

Atividades profissionais desenvolvidas pelos membros das diretorias

Membro da diretoria	Atividade profissional
Almiro de Lima Piúma	Juiz de Paz
Benedito Souza	Jornalista
Carlota Maria Correa	Bibliotecária
Claudio Rotta Rodrigues	Comerciante
Cléo dos Santos Severino	Funcionário público federal e professor
Eduardo Souza Soares	Advogado, jornalista e professor
Heitor Fontoura de Moraes	Militar – General
Jader Chagas Gonçalves	Agente do IPE e professor
Jorge Abel Neto	Advogado, professor e vereador
Jorge Luiz da Silva	Não identificado

José Domingos Caetano	Comerciário
Leo Santos Brum	Bancário
Luis Ignácio Jacques Junior	Militar – tenente
Luiz Augusto Dutra Resem	Jornalista
Luiz Cerqueira Mano	Bancário
Luiz Marques Machado	Militar – tenente
Maria Amélia Bretanha Jacques	Professora e diretora escolar
Maria Julia Nieto	Professora
Mario Prebianca	Padre
Olavo Clementino Gonçalves	Bancário
Ruy Antônio Silva Costa	Cônsul
Verdina Raffo de Souza Soares	Funcionária pública federal e professora
Wander Lopes Valente	Professor Universitário

Um elemento característico dos membros é o pertencimento a outras instituições tanto locais, como estaduais, nacionais ou até estrangeiras. Dos 23 membros, 13 participavam de, pelo menos, uma outra instituição, sendo que oito deles, participam de mais de duas, chegando a vincular-se a quinze, como no caso de Almiro. Essas instituições tinham os mais diversos caracteres: associações, institutos, academias literárias, lojas maçônicas, cooperativas, entre outras que podem ser observadas no quadro a seguir.

QUADRO 3

Outras instituições a que os membros das diretorias estavam vinculados

Membro da diretoria	Outras instituições
Almiro de Lima Piúma	Rotary Club de Jaguarão Sociedade Beneficente Amigos da Biblioteca Pública Municipal Associação do Cemitério das Irmandades Santa Casa de Caridade Asilo de Órfãos Sociedade São José Sociedade Pastoral Loja Maçônica Luz Transatlântica Sociedade Beneficente Coronel Augusto Cezar de Leivas Associação Comercial Associação Protetora dos Desvalidos Cooperativa dos Servidores Públicos e Bancários Jaguarenses Ltda. Associação Municipal de Jaguarão Pró Valorização da Fronteira Agrupación Clasicista de Artes y Letras (Madri) Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Benedito Souza	Não identificado

Carlota Maria Correa	Sociedade Beneficente Amigos da Biblioteca Pública Municipal
Claudio Rotta Rodrigues	Não identificado
Cléo dos Santos Severino	Circulo Operário Grupo Cênico Pedro Bloch
Eduardo Souza Soares	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas Rotary Club de Jaguarão Academia Brasileira Rotária de Letras
Heitor Fontoura de Moraes	Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas
Jader Chagas Gonçalves	Companhia Jornalística Caldas Junior; Rotary Blub Jaguarão – Leste;
Jorge Abel Neto	Não identificado
Jorge Luiz da Silva	Não identificado
José Domingos Caetano	Não identificado
Leo Santos Brum	CTG Rincão da Fronteira Grupo ATA - Amigos Tradicionalistas da América Instituto Brasileiro de Estudos Sociais de São Paulo Clube de Caça e Pesca de Brasília
Luis Ignácio Jacques Junior	Não identificado
Luiz Augusto Dutra Resem	Não identificado
Luiz Cerqueira Mano	Não identificado
Luiz Marques Machado	Rotary Club de Jaguarão Loja Maçônica Luz Transatlântica
Maria Amélia Bretanha Jacques	Santa Casa de Caridade
Maria Julia Nieto	Não identificado
Mario Prebianca	Instituto Nossa Senhora da Conceição
Olavo Clementino Gonçalves	Rotary Clube de Lajeado Associação Comercial e Industrial de Lajeado
Ruy Antônio Silva Costa	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Instituto Histórico e Geográfico da Bahia Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Instituto Histórico e Geográfico de Santos Academia Sul Rio-grandense de Letras Colégio Brasileiro de Genealogia Instituto Genealógico Brasileiro Instituto Genealógico da Bahia Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul Fundação Genealógica Brasileira Centro de Estudos Monarquicos Office Genealogique Belgique Academia Internazionale Storico-Araldica- Genealogica da Itália
Verdina Raffo de Souza Soares	Sociedade Beneficente e Cultural São José
Wander Lopes Valente	Não identificado

Dos 23 membros que ocuparam cargos nas diretorias nas duas primeiras décadas, 4 eram mulheres. Devido a isso, pensar gênero é um outro aspecto importante para a identificação do perfil dessas diretorias. Após, nesta primeira parte do capítulo, ter abordado aspectos caracterizam as diretorias e também ter apresentado algumas informações sobre membros que destacaram-se, na segunda parte deste capítulo irei identificar alguns aspectos que caracterizam a presença feminina nesse espaço.

3.2 “A diferença dos sexos já se evidencia”: Mulheres nas diretorias do IHGJ

Na primeira diretoria do IHGJ já haviam mulheres, essa presença feminina, manteve-se ao longo dos vinte anos pesquisados. Ao todo, quatro mulheres ocuparam sete cargos que variaram entre tesoureira, segunda e primeira secretária e segunda vice presidente. A presença feminina, apesar de pequena, possui características muito específicas que merecem atenção e por isso, este capítulo buscará identificar essas características e também analisar a participação feminina nesse espaço.

Assim como realizado no subitem anterior, com alguns dos membros que receberam destaque dentro da IHGJ, neste segundo subcapítulo, serão apresentados alguns elementos que caracterizam a trajetória dessas mulheres. Essa apresentação é fundamental para compreender aspectos característicos dessas essas mulheres e também por permitir identificar alguns pontos que permitem uma maior reflexão a respeito da forma como se dava a participação feminina nessas diretorias.

Maria Julia Nieto, que era professora normalista foi, entre as mulheres, a que esteve por menor período de tempo presente na instituição, apenas durante o primeiro ano. Sobre esse afastamento precoce, Sr^a. Carlota afirmou que Maria Julia não havia adaptado-se ao Instituto, porém, não encontrei nenhum registro que confirma-se ou explicasse essa afirmação. Devido ao breve período de participação e ao fato de, ao longo da pesquisa não terem sido encontrados registros a seu respeito, ela não receberá a mesma atenção que as demais.

Verdina, que ocupou o cargo de segunda secretária do Instituto durante quatro anos, foi funcionária federal como chefe do departamento do imposto de renda de Jaguarão durante dezenove anos. Porém deixou este cargo, em 1973 para atuar como professora de canto

orfeônico na Escola Estadual Espírito Santo. Além disso, participou da Sociedade Beneficente São José como dirigente do Coro São José. Foi como professora de música que Verdina obteve destaque:

Certamente que o dom musical nasceu com Verdina. Uma herança de caráter genético, ou talvez uma predestinação familiar, aliada a sua vivência diária com o grande mestre da música, pela versatilidade com que manjava diversos instrumentos, considerando ainda que sua mãe Alayde também destacou-se como uma exímia pianista. Auxiliando seu pai, e certamente executando melodias ao piano com sua mãe, Verdina revelou seu talento e grande amor pela música, assumindo a cadeira de canto orfeônico, substituindo o seu pai e obtendo através de seu desempenho, sucesso como professora de música (DUARTE, 1994, p.130-131).

Nessa descrição que Duarte (1994) faz de Verdina não há menção a sua participação no IHGJ. Esse aspecto torna-se relevante quando considerado que os demais cinco membros, do Instituto, homens, que são citados no mesmo livro, são referidos como tal. Mas o livro não é uma exceção. Até mesmo nos jornais, seu nome só é associado à instituição nas divulgações de novas composições de diretorias, o que não acontece com os homens, por exemplo, que são inúmeras vezes mencionados como pertencentes ao quadro de sócios da instituição.

O mesmo acontecia com as outras mulheres que participavam da instituição, como por exemplo, Maria Amélia, que mesmo tendo ocupado os cargos de primeira secretária durante quatro anos e de segunda vice presidente por dois anos, nunca foi mencionada como membro da instituição em publicações no jornal local, a não ser nas publicações a respeito do próprio instituto. A instituição a qual sempre associada nos jornais era o Ginásio Espírito Santo, do qual foi diretora.

Formada em Licenciatura em Letras Clássicas pela PUCRS e em Licenciatura em Pedagogia pela UFRGS, Maria Amélia obteve grande destaque no meio educacional. Essa evidência fez com que ocupasse, além dos cargos de diretora e professora, o cargo de Secretaria Municipal de Jaguarão, além de ter sido funcionária da Secretaria Estadual de Educação. Suas experiências contemplam ainda a atuação no departamento cultural do Itamaraty em Brasília, e também, na embaixada do Brasil na Grécia.

Mesmo com o destaque que recebeu em diferentes espaços, dentro do Instituto não é identificado o mesmo. Um elemento que permite pensar essa diferença é o fato de Amélia nunca ter publicado textos vinculados ao Instituto, mesmo tendo publicado em outros espaços,

como seu artigo “A pessoa em educação” (JACQUES, 1968) na *Revista Currículum*⁵³. A única publicação que Amélia têm é no primeiro volume de *Cadernos Jaguarenses*, onde faz a apresentação do mesmo, porém, não como membro do Instituto, mas como Secretária Municipal de Educação.

Esse aspecto também é importante para pensar a relação de Carlota com a instituição, pois foi a partir de um trabalho realizado com mais quatro colegas na época em que cursava o Normal, que aproximou-se da instituição. Na entrevista Sr. Carlota afirmou:

[...] Eu estudava Normal em Jaguarão, Escola Normal Imaculada Conceição e nós, eu e mais quatro colegas fizemos um trabalho sobre Jaguarão nessa época e tiramos nota máxima nesse trabalho e o Leo Brum, que era historiador também em Jaguarão, ele gostou muito do trabalho e nos pediu se nós dava para o Instituto Histórico, que tava abrindo um Instituto Histórico na época e tavam com ideias de abrir e coisa e aí nós dissemos que sim, que íamos dar, que depois entregávamos para ele.⁵⁴

O trabalho tratava do passado de Jaguarão e despertou o interesse de Leo Brum, um dos membros do Instituto, que em 1975 publicou o trabalho em sua coluna “*Mosaicos Crioulos*” no jornal *A Folha*. A publicação não fazia menção direta às autoras, tendo o intermédio de Leo, que era reconhecido na cidade como historiador. Este aspecto demonstra a forma como, apesar da produção de trabalhos, as mulheres que participavam das diretorias não tinham as mesmas oportunidades de publicação de seus trabalhos.

Tanto o fato de Maria Amélia, mesmo publicando em outros espaços, não ter tido publicações vinculadas ao instituto, como também o trabalho de Carlota e de suas colegas ter sido publicado por intermédio de Leo Santos Brum, demonstram uma característica da produção histórica que é apontada por Del Priore (2010): a exclusão da mulher da atividade de historiar. A autora afirma que por muito tempo o trabalho de escrever história não estava entre as atividades entendidas como funções femininas (DEL PRIORE, 2010).

Carlota ingressou no Instituto quando tinha 19 anos, era a mais jovem entre todos os membros. Sobre a forma como se dava sua participação, afirmou:

⁵³ Revista criada em 1962 e publicada pela Fundação Getúlio Vargas de caráter trimestral, foi encerrada em 1976.

⁵⁴ Entrevista com Carlota.

Só tinha aquela história, de que eu era a guriuzinha do Instituto, a Carlotinha, a guriuzinha, não sei mais o que. Porque todos eram mais velhos do que eu. Eu ia a todas as reuniões segunda-feira as sete e meia da noite. O Seu Almiro Piúma passava na minha casa e me levava para a reunião. Ele me levava e depois me trazia e me entregava em casa, as dez e meia, onze horas, porque eu era solteira e naquela época, moça solteira não andava sozinha. Eu ia para as reuniões, as vezes era só eu de mulher e eles todos homens, não tinha problema nenhum, todo respeito, tudo normal, não tinha piadinha, não tinha nada, era um relacionamento ótimo! Papai e mamãe achavam lindo e depois que casei, Cláudio, meu marido também não se importava.⁵⁵

A afirmação de Carlota permite identificar a forma como ela era vista pelos demais membros. Segundo ela, sua idade era mais significativa do que o fato de ser uma mulher, pois mantinha uma boa relação com todos os membros da instituição. Quando afirma que tanto em sua ida, quanto no retorno das reuniões era acompanhada por Almiro, e também quando dá destaque a aprovação dos pais e do marido, Carlota identifica alguns dos costumes e das restrições as quais ela, e outras mulheres, eram alvo.

Carlota atribui sua participação no Instituto ao fato de ter amizade com alguns dos membros, ao trabalho que fez junto às demais colegas sobre o passado da cidade e ao fato de ter grande interesse pelos assuntos do passado. Esse interesse é visto por ela, como algo que a diferenciava das demais jovens de sua idade. Ela destaca também que mesmo sendo uma exceção, ela não recebia nenhum reconhecimento por participar da instituição. Esses aspectos podem ser percebidos no trecho abaixo:

Eu acho que meu ingresso foi por ser amiga do Leo e do Seu Almiro e por esse trabalho que nós fizemos. Eu era moça de mais para gostar disso, na minha época, as gurias dessa idade não gostavam, não tinham interesse, era bem isso: não tinham interesse! Na época, eu não era reconhecida por ser do Instituto, mas eu gostava muito, eu me sentia muito bem, mas não tinha reconhecimento.⁵⁶

Apesar de afirmar que não haviam distinções entre homens e mulheres dentro do Instituto, Carlota percebe que, naquela época, por ser mulher, sua presença em um espaço como o IHGJ fazia dela uma exceção e que participar da instituição era uma forma de atingir independência. Carlota integra sua participação no Instituto à luta das mulheres por independência e valoriza suas formas de atuação dentro das reuniões como uma forma de protagonismo. Isso pode ser percebido em sua afirmação:

⁵⁵ Entrevista com Carlota.

⁵⁶ Entrevista com Carlota.

Na época não, mas hoje eu me dou conta que eu era uma exceção, uma moça com 19 anos, eu comecei com 17 em 64 a ir nas reuniões na casa do Dr. Ruy. Frequentar um lugar assim, isso orgulha a gente sabe? Uma coisa que a gente fundou. Em 64 já tinha a luta das mulheres querendo ser independentes e eu participava do Instituto e eles me acatavam, acatavam bem as minhas ideias. Eu dava meus palpites, Algumas atas dizem assim: “- Sobre opinião da Carlota...” Porque quando tu vai numa reunião tu sempre fala alguma coisa né?! Tu não fica só caladinha.⁵⁷

Carlota frequentou o Curso Normal da Escola Imaculada Conceição, onde foi aluna de Maria Amélia e após sua formatura foi convidada, por parte da prefeitura municipal a fazer um curso de biblioteconomia em Porto Alegre para organizar a Biblioteca Pública Municipal. Depois do curso, que teve duração de um mês, Carlota organizou e ajudou a fundar a Biblioteca e atuou como bibliotecária até seu casamento, quando afastou-se do trabalho. Esta foi a única atividade profissional que exerceu.

Minha hipótese era de que a presença feminina era uma característica que diferenciava o IHGJ de outras instituições congêneres. Esse pensamento estava baseado no fato de a maioria dos trabalhos que abordam essas instituições, caracterizarem esses espaços como sendo compostos por homens, onde havia uma lógica masculina de produção do conhecimento. Porém, ao realizar uma pesquisa sobre mulheres em IHG, identifiquei a presença de mulheres em várias instituições do gênero.

Essa presença tem uma característica muito bem definida: a atividade profissional exercida por essas mulheres é sempre a docência. Mesmo aquelas que possuísem formação em outras áreas, atuavam também como professoras. O IHGJ não foge à regra, pois, as quatro mulheres que ocuparam cargos nas dez primeiras diretorias da instituição: Maria Julia, Maria Amélia, Verdina e Carlota ou atuavam como professoras ou, ao menos, tinham formação para lecionar.

Essas quatro mulheres ou tinham formação ou atuavam como professoras. Enquanto os homens tinham as mais diversas profissões: professores, jornalistas, padres, militares, advogados, comerciantes, entre outras, as mulheres eram exclusivamente professoras. Elas eram inclusive, apresentadas na divulgação das diretorias sempre com a identificação professora antecedendo seus nomes. Carlota afirmou que essa formação não era explicitamente uma exigência.

⁵⁷ Entrevista com Carlota.

Duas delas, Carlota e Maria Julia, possuíam o Curso Normal, que corresponderia ao antigo magistério. Segundo Louro (2006), desde o século XIX, quando foram criadas as escolas normais com objetivo de formar professores e melhorar a qualidade do ensino, essas escolas foram pouco a pouco tornando-se espaços marcados pela presença feminina, o que permaneceu e se fortaleceu no século XX. Desde então a docência passou a ser entendida como uma extensão da maternidade e como tal, uma função natural à mulher (LOURO, 2006).

A docência também era atribuída à mulher, por ser uma atividade de um único turno o que não impossibilitaria que ela cumprisse suas obrigações domésticas. Esse aspecto estava atrelado também ao salário reduzido, considerado uma renda complementar já que o provento seria responsabilidade do homem. Além disso, a docência passou a ter características atribuídas as mulheres como cuidado e sensibilidade, pois, o exercício de uma profissão era, um risco ao casamento e a maternidade, entendidos como funções sociais da mulher. (LOURO, 2006)

Quando explicou sobre o curso, Carlota, relatou uma divisão de gênero no que se refere às possibilidades de formação na Jaguarão daquele contexto, afirmando que:

Aqui em Jaguarão, o curso que tinha pra mulher era o Normal e o homem fazia o científico pra depois fazer faculdade fora daqui e a gente (mulheres) tirava o normal e ficava por aqui e depois já casava. Mas o curso que tinha aqui em Jaguarão para mulher era o Normal e o homem o científico. O Curso Normal era pago, mas o científico não era pago e contabilidade também não, então as de menos aquisição muitas vezes faziam contabilidade pra trabalhar em escritório, mas é que se tu fizesse o normal tu já tinha como trabalhar e tu já ficava com o curso pronto e tu podia fazer concurso, era uma garantia mais ligeira do que fazer o científico ou contabilidade.⁵⁸

Essa afirmação de Carlota vai ao encontro do que Louro (2006) identificou e demonstrou que na maioria das vezes, o Curso Normal era o nível de estudos mais alto que almejavam. A autora destaca ainda que muitas vezes, as jovens normalistas não se tornavam professoras e o curso se tornava um “curso de espera marido”, pois enquanto aguardavam casamento, essas mulheres estudavam e logo após a conclusão dos estudos normais, o “próximo passo” seria o casamento. O que de fato ocorreu com Carlota.

⁵⁸ Entrevista com Carlota.

Ainda sobre as diferenças quanto a possibilidades de formação, Carlota afirma que havia uma diferença entre as jovens que tinham melhores condições financeiras e que poderiam cursar o Normal que era pago e as que não tinham condições financeiras para tal e que acabavam por cursar o científico ou contabilidade. Com sua afirmação, demonstra um aspecto importante para caracterizar as mulheres que integraram as diretorias do IHGJ, eram mulheres de melhores condições financeiras, pois conseguiam fazer o curso normal.

Na segunda parte deste capítulo busquei identificar características das mulheres que ocuparam as diretorias e a forma como se concretizava a participação feminina nesse espaço. Nesta parte final, optei por manter diversos trechos da entrevista realizada com Carlota, apesar do risco de poluir o texto. Essa escolha foi motivada pelo desejo de evidenciar sua fala, uma vez que, além de ser a única membro fundadora ainda viva, trata-se também da fala de uma mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher um objeto de pesquisa que não havia sido analisado anteriormente, surgiram tanto aspectos positivos, quanto negativos. Positivos, pela busca das informações direto nas fontes, o que acarretou um prazeroso processo de pesquisa e também ótimas entrevistas. Também foi positivo por abrir um leque de possibilidades, porém, essa diversidade de abordagens possíveis, também se tornou um ponto negativo, pois definir o recorte que seria de fato pesquisado, tornou-se mais difícil.

Dentro das muitas possibilidades e tendo consciência dos limites da pesquisa por ser um exercício inicial, tanto para mim, enquanto pesquisadora, quanto para o Instituto, enquanto objeto de pesquisa, optei por “começar pelo começo”. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo central identificar as características do IHGJ em seus anos iniciais, duas primeiras décadas que correspondem, não só a consolidação do espaço, como também à vigência do primeiro estatuto.

A busca por identificar essas características orientou a construção dos capítulos. Já no primeiro capítulo, procurei identificar em instituições congêneres, elementos que permitissem pensar as características da instituição jaguareense integrando-o a lógica desses espaços a partir da identificação de semelhanças e particularidades. Além das aproximações a instituições do gênero, busquei identificar outros quatro aspectos nessa caracterização: a fundação, o estatuto, as diretorias e a presença feminina.

Na primeira parte do segundo capítulo, em que me detive na criação e fundação do Instituto, percebi que a opção por integrar fontes orais ao trabalho fez toda a diferença, pois, ao longo da pesquisa documental identifiquei a criação da instituição em 1966, ano em que Ruy envia a carta com a proposta a Rubens. Porém, na entrevista, Carlota identificou que os movimentos em prol da criação do IHGJ começaram dois anos antes. A entrevistada afirmou ainda que de 1964 a 1966, foi um período de muito trabalho.

Com isso, percebi o processo de criação do Instituto ao qual tive acesso, que inicialmente identifiquei como tendo começado com a carta de Ruy a Rubens, era muito anterior a esta correspondência e está não passou de uma formalidade. Uma formalidade, pois, os membros já estavam organizados, já haviam também articulado doações de acervo e

inclusive, já haviam preparado um ante-projeto de estatuto, inspirado no estatuto da instituição estadual.

Uma das características que pude identificar, no que se refere a criação do IHGJ é que este, assim como o IHGRGS, nasceu “de mãos dadas” com os governantes, pois além de ter sido criado por uma lei municipal, o primeiro prédio ocupado pela instituição foi cedido pela prefeitura municipal. Um outro aspecto que permitiu pensar essa vinculação é que durante muitos anos o Instituto recebeu apoio financeiro da prefeitura e as trocas de elogios entre os representantes dos dois espaços era uma constante.

Na segunda parte do segundo capítulo, quando, a partir do primeiro estatuto e da relação das informações contidas neste, com informações de outras fontes, como jornais e discursos dos membros, busquei analisar características, no sentido de identificar se o que estava presente naquele elemento burocrático de fato “saiu do papel”. Nesta análise, pude perceber que algumas proposições foram logo concretizadas, enquanto outras, demoraram algum tempo.

Por exemplo, enquanto a proposição de criação de uma biblioteca, de um museu e de um arquivo histórico foram logo concretizadas, a revista só teve sua primeira publicação em 1990. Esse aspecto permitiu identificar uma outra característica da instituição dentro do período pesquisado: suas publicações voltaram-se a colunas em jornais, principalmente no jornal local *A Folha*. Além disso, a instituição promoveu também palestras e reuniões, exposições.

Identifiquei também que o contato da instituição com o jornal *A Folha*, era uma característica semelhante ao IHGRGS, que também mantinha uma boa relação com a imprensa. Além de muitos membros do Instituto serem colunistas no jornal, o proprietário do jornal, mesmo não sendo membro do instituto, também participava de algumas reuniões. Outro aspecto que permitiu identificar essa característica foi a forma como o jornal mencionava o IHGJ, sempre com um tom enaltecido.

Na primeira parte do terceiro capítulo, utilizei aspectos da trajetória de alguns membros para pensar suas participações na instituição. Muitos dos membros do instituto eram conhecidos na cidade como indivíduos de grande cultura e intelectualidade. É possível pensar que suas permanências nos cargos da diretoria se deu devido a esse reconhecimento, uma vez que, conforme afirmou a Sr, Carlota, em suas décadas iniciais, o IHGJ não era reconhecido na

cidade, apenas seus membros é que recebiam o reconhecimento por parte da comunidade jaguareense.

Identifiquei que, nesse contexto, a existência de um determinado perfil de membros legitimava a instituição e considerando a afirmação de que, naquele contexto, os membros do Instituto eram mais reconhecidos do que a própria instituição e tendo identificado, ao longo da pesquisa, que nessas décadas iniciais o IHGJ buscava formas de legitimar sua existência, percebo que o caso de Ruy e Cléo não era uma exceção e que a permanência de membros reconhecidos na cidade como intelectuais era uma forma da instituição se legitimar e buscar reconhecimento como um espaço do saber.

Na segunda parte do terceiro capítulo, identifiquei aspectos referentes ao perfil dos membros das diretorias e percebi que uma das características desses membros era ser um grupo heterogêneo quanto ao nível de formação. Um outro aspecto identificado foi o fato de mesmo a maioria dos membros possuir, o que hoje compreende ao ensino médio, esses indivíduos eram visto, e viam a si próprios, como intelectuais. Além disso, recebiam o reconhecimento da comunidade como tal.

Quanto as atividades profissionais identifiquei que era um grupo bastante heterogêneo, também nesse aspecto. Uma informação relevante sobre este aspecto a atuação como professores, pois, mesmo aqueles que não possuíam formação específica para a área, atuavam como professores. Essa atuação se dava por comprovação, reconhecimento ou experiência na área. Além disso, outra característica que identifiquei foi o fato de a maioria dos membros pertencerem a outras instituições da cidade. Essas instituições tinham as mais variadas finalidades, desde assistencialistas até comerciais.

Na segunda parte do terceiro capítulo, analisei a presença de mulheres nas diretorias. Como já afirmei, mesmo depois de ter identificado que quatro mulheres haviam ocupado cargos nesse órgão essa presença não despertou meu interesse no começo da pesquisa. Foi somente depois do contato com o Coletivo Feminista D-Generadas e do PEHM que pude perceber que aquelas mulheres presentes nas diretorias eram sujeitas históricas que mereciam um olhar mais atento.

Realizei a análise do perfil dessas mulheres separa a parte dos demais por perceber que haviam aspectos particulares. A primeira característica que identifiquei foi que todas atuavam ou tinham formação como professoras. A partir desse elemento pude perceber o Curso

Normal como uma possibilidade de formação feminina em Jaguarão naquele contexto. Porém uma possibilidade que além do recorte de gênero apresentava também um recorte de classe, pelo fato de ser um curso particular.

Além disso percebi como ocorria a participação feminina dentro das diretorias. Apesar de não haver nenhuma restrição oficial, na prática haviam diferenciações. Uma delas, é o fato das mulheres não terem tido suas produções publicadas da mesma forma que os homens, pois, ou publicavam em outros espaços como no caso de Maria Amélia, ou por intermédio de algum homem, como a publicação de Carlota.

Entre todos os elementos que, ao longo da pesquisa, me surpreenderam e alegraram, sem dúvidas a fala de Carlota sobre a forma como entendia sua participação no Instituto sendo uma mulher dentro de um espaço masculino, foi a que me causou maior satisfação. Pois, perceber uma mulher, de 70 anos, tomar para si o protagonismo da luta feminina por independência e interpretar sua própria experiência como tal, além de contribuir para a pesquisa, é emocionante!

É emocionante, pois me faz pensar a forma como, cinquenta anos depois, eu ainda sou, ou melhor, as mulheres ainda são, um pouco como Carlota, desafiando a opressão masculina e ocupando espaços onde eles são maioria. Um pouco Carlota, recebendo apelidos como guriazinha ou outros diminutivos, que são sim, uma forma de tentar diminuir a presença e a contribuição feminina. Um pouco Carlota, quando é necessário lutar, para participar de uma reunião, para, como ela mesma disse: “não ficar só caladinha”.

Talvez esta não seja a melhor forma de concluir um Trabalho de Conclusão de Curso, porém, este trabalho, como qualquer outra pesquisa histórica é permeado pela subjetividade de quem o escreve. E neste caso, ao buscar identificar as características do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão percebi que a presença feminina era um desses aspectos. Ao mesmo tempo, particularmente, passava a dar mais atenção às mulheres do passado e também as lutas femininas de hoje. Esses dois fatores juntos, fizeram com que a subjetividade fortalecesse ainda mais minha vontade de valorizar as experiências dessas mulheres, sobretudo, a de Carlota.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BATALHA, Cláudio H. M. Vida Associativa: por uma abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. Anos 90, Porto Alegre, n 8, p.91-99, dezembro de 1997.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Entre história e literatura: a Formação do Panteão Rio-grandense e os Primórdios da Escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. (Dissertação de Mestrado)

_____. Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-histórico-geográfico no Brasil Imperial. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. (Tese de Doutorado).

CAMPOS, Rafael da Costa. OGAWA, Milena Rosa Araujo. CÁCERES, Pedro Henrique de Souza. Reflexões a cerca do Estágio Supervisionado III - espaços não escolares: dialogando com o Instituto histórico e geográfico de Jaguará. In: Revista Latino-Americana de História. São Leopoldo, vol 2, nº 6, p. 1113-1123, agosto de 2013.

CARLOS, Lilian Beatriz. Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 (Dissertação de Mestrado)

CECHIM, Noeli Schiller. Jaguarão ontem e hoje. Porto Alegre: Corag, 1979.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2010. p. 217-235.

DUARTE, Neusa Marilú. Minha terra, minha gente. Viza Artes Gráficas, 1994.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. "Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris". In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 1965. v 266. p.68-148.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. p. 5-27.

Historiografia e nação no Brasil: 1838 – 1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HAUDT, Fabiane Mesquita. Primeiro trabalho acadêmico sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. *Cadernos Jaguarenses*, Jaguarão, vol. 8, p. 91-106, 2016.

JACQUES, Maria Amélia Bretanha. A pessoa em educação. *Curriculum*. Vol, 7 p.23-36, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. Alcar, Porto Alegre, p.9, 2015

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004 (Tese de Doutorado)

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p.443-481.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. (Tese de Doutorado)

PETRÓ, Camila Albani. *A criação da academia literária feminina do Rio Grande do Sul: projeto e campo de possibilidades na Porto Alegre da década de 1940*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. (Trabalho de Conclusão de Curso)

SANTOS, Vagner Pacheco dos. Ilustres personalidades jaguarenses. Cadernos Jaguarenses, Jaguarão, vol. 3, p. 55-72, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995. Vol. 20, nº 2, jul./dez., p.71-99.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O passado está prenhe do futuro”: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. (Dissertação de Mestrado)

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOARES, Eduardo de Souza. Nota preliminar. Cadernos Jaguarenses, Jaguarão, vol. 3, p. 6, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetivo, 2008.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Composição das diretorias

PRIMEIRA DIRETORIA - BIÊNIO 1966/1968

Cargo	Nome
Presidente	Ruy Antônio Silva Costa
1º Vice-presidente	Mario Prebianca
2º Vice-presidente	Jorge Abel Neto
1ª Secretária	Maria Amélia Bretanha Jacques
2º Secretário	Benedito Souza
Tesoureira	Maria Julia Nieto
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

SEGUNDA DIRETORIA - BIÊNIO 1968/1970

Cargo	Nome
Presidente	Ruy Antônio Silva Costa
1º Vice-presidente	Almiro de Lima Piuma
2º Vice-presidente	Olavo Clementino Gonçalves
1ª Secretária	Maria Amélia Bretanha Jacques
2ª Secretária	Verdina Raffo de Souza Soares
Tesoureiro	Cleo dos Santos Severino
Bibliotecário/Arquivista	Luiz Cerqueira Mano

TERCEIRA DIRETORIA - BIÊNIO 1970/1972

Cargo	Nome
Presidente	Ruy Antônio Silva Cosa
1º Vice-presidente	Almiro de Lima Piuma
2º Vice-presidente	Olavo Clementino Gonçalves
1ª Secretário	Jader Chagas Gonçalves
2ª Secretária	Carlota Maria Correa
Tesoureiro	Cleo dos Santos Severino
Bibliotecário/Arquivista	Luiz Cerqueira Mano

QUARTA DIRETORIA - BIÊNIO 1972/1974

Cargo	Nome
-------	------

Presidente	Ruy Antônio Silva Costa
1º Vice-presidente	Olavo Clementino Gonçalves
2º Vice-presidente	Divo Luis Inácio Jacques Junior
1ª Secretário	Jader Chagas Gonçalves
2º Secretário	Luiz Marques Machado
Tesoureiro	Cleo dos Santos Severino
Bibliotecário/Arquivista	Luiz Cerqueira Mano

QUINTA DIRETORIA - BIÊNIO 1974/1976

Cargo	Nome
Presidente	Olavo Clementino Gonçalves
1º Vice-presidente	Luiz Cerqueira Mano
2º Vice-presidente	Luiz Marques Machado
1ª Secretário	Ruy Antônio Silva Costa
2º Secretário	Leo Santos Brum
Tesoureiro	Jader Chagas Gonçalves
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

SEXTA DIRETORIA - BIÊNIO 1976/1978

Cargo	Nome
Presidente	Luiz Cerqueira Mano
1º Vice-presidente	Jader Chagas Gonçalves
2º Vice-presidente	Luiz Marques Machado
1ª Secretário	Ruy Antônio Silva Costa
2º Secretário	Leo Santos Brum
Tesoureiro	Cláudio Rotta Rodrigues
Bibliotecário/Arquivista	Olavo Clementino Gonçalves

SÉTIMA DIRETORIA - BIÊNIO 1978/1980

Cargo	Nome
Presidente	Leo Santos Brum
1º Vice-presidente	Luiz Marques Machado
2º Vice-presidente	Maria Amélia Bretanha Jacques
1ª Secretário	Ruy Antônio Silva Costa
2º Secretário	Luiz Augusto Dutra Resem
1º Tesoureiro	Olavo Clementino Gonçalves
2º Tesoureiro	Claudio Rotta Rodrigues
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

OITAVA DIRETORIA - BIÊNIO 1980/1982

Cargo	Nome
Presidente	Luiz Marques Machado
1º Vice-presidente	Claudio Rotta Rodrigues
2º Vice-presidente	Luiz Augusto Dutra Resem
1ª Secretário	Ruy Antônio Silva Costa
2º Secretário	Jader Chagas Gonçalves
1º Tesoureiro	José Domingos Caetano
2º Tesoureiro	Olavo Clementino Gonçalves
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

NONA DIRETORIA - BIÊNIO 1982/1984

Cargo	Nome
Presidente	Eduardo Souza Soares
1º Vice-presidente	Luiz Marques Machado
2º Vice-presidente	Jorge Luiz da Silva
1ª Secretário	Ruy Antônio Silva Costa
2º Secretária	Verdina Raffo de Souza Soares
1º Tesoureiro	José Domingos Caetano
2º Tesoureiro	Claudio Rotta Rodrigues
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

DÉCIMA DIRETORIA - BIÊNIO 1984/1986

Cargo	Nome
Presidente	Claudio Rotta Rodrigues
1º Vice-presidente	Ruy Antônio Silva Costa
2º Vice-presidente	Heitor Fontoura de Moraes
1ª Secretário	José Domingos Caetano
2º Secretária	Luiz Marques Machado
1º Tesoureiro	Wander Lopes Valente
Bibliotecário/Arquivista	Cleo dos Santos Severino

Apêndice 2 – Cargos ocupados pelos membros

Membro	Cargos ocupados/Ano
Ruy Antônio Silva Costa	Presidente/66, 68, 70, 72 1º Secretário/74, 76, 78, 80, 82 1º Vice-presidente/84
Mario Prebianca	1º Vice-presidente/66
Jorge Abel Neto	2º Vice-presidente/66
Maria Amélia Bretanha Jacques	1ª Secretária/66-68 2ª Vice-presidente/78
Benedito Souza	2º Secretário/66
Maria Julia Nieto	Tesoureira/66
Almiro de Lima Piuma	1º Vice-presidente/68, 70
Olavo Clementino Gonçalves	2º Vice-presidente/68, 70 1º Vice-presidente/72 Presidente/74 Bibliotecário e Arquivista/76 1º Tesoureiro/78 2º Tesoureiro/80
Verdina Raffo de Souza Soares	2ª Secretária/68, 82
Luiz Cerqueira Mano	Bibliotecário e Arquivista/68, 70, 72 1º Vice-presidente/74 Presidente/76
Jader Chagas Gonçalves	1º secretário/70, 72 Tesoureiro/74 1º Vice-presidente/76 2º Secretário/80
Carlota Maria Correa	2º Secretária/70
Luis Ignácio Jacques Junior	2º Vice-presidente/72
Luiz Marques Machado	2º Secretário/72, 74, 76, 84 1º Vice-presidente/78, 82 Presidente/80
Leo Santos Brum	2º secretário/74, 76 Presidente/78
Claudio Rotta Rodrigues	Tesoureiro/76, 78 1º Vice-presidente/80 2º Tesoureiro/82 Presidente/84
Luiz Augusto Dutra Resem	2º Secretário/78 2º Vice-presidente/80
José Domingos Caetano	1º Tesoureiro/80, 82 1º Secretário/84
Eduardo Souza Soares	Presidente/82
Heitor Fontoura de Moraes	2º Vice-presidente/84
Wander Lopes Valente	1º Tesoureiro/84
Jorge Luiz da Silva	2º Vice-presidente/82
Cleo dos Santos Severino	Bibliotecário e Arquivista/66, 74, 78, 80, 82, 84

	Tesoureiro/68, 70, 72
--	-----------------------